

F.P.C.E.
BIBLIOTECA

Ler **A Razão** ...

é razão para um bom diálogo

Rua de S. Dinis, 309-1.º Fte. • 4200 PORTO

JORNAL DE PSICOLOGIA, 1992, VOL. 10, Nº 4

Jornal de PSICOLOGIA

VOLUME

10

DIRECTOR: RUI ABRUNHOSA GONÇALVES • PUBL. TRIMEST. • ANO 10 • Nº 4 • PREÇO 367\$50 • DEZ. 1992

**ACTIVIDADE ELECTRODÉRMICA E PSICOLOGIA:
BASES FISIOLÓGICAS E APLICAÇÕES**

Henrique Sequeira-Martinho
PÁGINA 3

**PERSONALIDADE E SENSIBILIDADE AO PRÉMIO
EM CRIANÇAS: UM TESTE DA HIPÓTESE DE
NEWMAN**

António Castro Fonseca
PÁGINA 13

**UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLI-
NAR NO ESTUDO DA DELINQUÊNCIA: CONTRI-
BUTO DA ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Miguel Maria Lopez-Coira
PÁGINA 17

**O PSICÓLOGO NA ESCOLA (1º CICLO DO EN-
SINO BÁSICO)**

Carlos Ferreira de Carvalho
PÁGINA 23

**REUNIÕES CIENTÍFICAS, CALENDÁRIO E OUTRAS
SECÇÕES**

Uma das actividades rotineiras da vida militar é a passagem de revista aos quartelamentos, unidades, casernas e efectivos em serviço. Sumariamente, o objectivo de tais visitas, feitas sempre por graduados da hierarquia, é verificar se tudo está em ordem, isto é, se não há nenhuma falha, erro ou incorrecção de situações ou procedimentos. A havê-los, tomar-se-á conta da ocorrência e tentar-se-á corrigir o mais rapidamente possível a deficiência detectada.

Vem isto a propósito de que, numa recente Reunião Científica da Psicologia Portuguesa (II Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Lisboa, 21-23 de Outubro), foi organizada uma mesa-redonda intitulada "Revistas à Portuguesa" onde, supostamente, estariam presentes as Direcções das várias publicações periódicas que, no nosso país, se dedicam à difusão de textos científicos na área da Psicologia. Nela compareci como Director do Jornal de Psicologia e lá encontrei os responsáveis pela "Análise Psicológica" e pela "Psicologia". Sabendo eu que o convite que me foi endereçado havia-o igualmente sido a outras publicações, estranhei só três delas terem acedido a estar presentes. A "revista" às Revistas estava já, à partida, desfalçada.

Portugal, país pequeno mas com uma proporção de psicólogos que já vem sendo compatível às suas necessidades, é provavelmente um dos que mais revistas de âmbito genérico possui no ramo da Psicologia. De facto, para além das três citadas existem ainda a Revista Portuguesa de Psicologia, propriedade da Sociedade Portuguesa de Psicologia, a Psychologica, originária da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra e a Revista de Psicologia e Ciências da Educação, nascida em 1986 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto e cuja publicação permanece suspensa desde o terceiro número. Outras há ainda que, não obstante uma designação mais específica, acabam por responder a um padrão de publicação muito semelhante ao das revistas de carácter genérico. Apontaríamos aqui os Cadernos de Consulta Psicológica (Instituto de Consulta Psicológica Formação e Desenvolvimento — F. P. C. E. - U. P.) e a Psicologia Clínica (Coimbra). Finalmente, as revistas que, reclamando-se do âmbito da Educação, são todavia assaz sustentadas por muitos textos de Psicologia (e.g., Revista Portuguesa de Pedagogia, Revista Portuguesa de Educação).

Após esta breve resenha damos-nos conta que a mesa-redonda proposta poderia ser bem maior, porque alargada e enriquecida pelas perspectivas da variedade das publicações possíveis de se sentarem em seu redor. Tal porém não se verificou. Ou seja, para voltarmos à nossa metáfora militar, várias unidades e tropas não responderam ao chamamento de algumas congéneres sediadas em Lisboa, para se proceder a uma "revista".

Não é aqui o local — porque analisar a produção periódica da Psicologia em Portugal é assunto que requer uma abordagem que só o espaço de um artigo poderá eventualmente preencher — para dissecar a fundo esta problemática. O que me parece inequívoco é que seria bom para a Psicologia portuguesa

(continua na página 29)

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87

DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves

DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.

REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Geda, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.

COLABORADORES: Leandro Almeida (Braga); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa); Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonboir (Louvain-Bélgica); Bartolo Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest-Hungria); Brigitte Cardoso e Cunha (Lisboa); Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland-Canadá); Georges Meuris (Louvain-Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco-EUA); Gunnar Kylvén (Estocolmo-Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo-Suécia); Harlan Hansen (Minnesota-EUA); Isolina Borges e J. Balfão Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsinki-Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C.-EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina-EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey-EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris-França); Maurice Reuchlin (Paris-França); Norman Sprinthall (North Carolina-EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Island-EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Gov. Civil do Porto; Câmara Mun. do Porto; Junta Nac. de Investigação Científica e Tecnológica.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - Pessoa: 1000\$00; Instituições: 2500\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S.\$15; U.S. - \$20; Europa - U.S.\$20; U.S. \$25; Outros Países - U.S.\$25 - U.S.\$30.

Preço avulso: 367\$50 (IVA incluído).

Números atrasados: 250\$00.

A assinatura do Jornal de Psicologia é feita por 4 números/ano, a partir do nº 1 de cada ano, inclusivé.

PERIODICIDADE: Trimestral (quatro números/ano)

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: Empresa de Comércio Livreiro - Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

TIRAGEM: 1500 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All others
Individual	US \$15	US \$20	US \$25
Institutions	US \$20	US \$25	US \$30

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

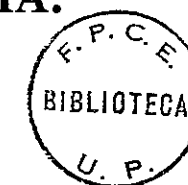
O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

ACTIVIDADE ELECTRODÉRMICA E PSICOLOGIA: BASES FISIOLÓGICAS E APLICAÇÕES (*)

HENRIQUE SEQUEIRA-MARTINHO (**)

FÉDÉRATION UNIVERSITAIRE ET POLYTECHNIQUE DE LILLE



Após termos apresentado, num primeiro artigo, as técnicas de registo da Actividade Electrodérmica (AE), descrevemos no presente trabalho as bases fisiológicas da mesma actividade assim como os diversos sectores de investigação em que é utilizada. A descrição fisiológica concentra-se nas componentes nervosa e não nervosa dos mecanismos de controlo da AE. As glândulas sudoríparas e a epiderme são descritas de maneira sucinta; outros factores periféricos são igualmente apresentados. No que respeita o comando nervoso da AE, são abordados os níveis ganglionar, espinal e encefálico. Na segunda parte do artigo, são indicados os principais resultados sobre a AE, obtidos na exploração de vários sectores da Psicologia. Na parte final, são discutidos diversos aspectos da metodologia e consideradas diversas perspectivas de utilização, com insistência particular nas inovações técnicas e temáticas.

INTRODUÇÃO

Como fora visto num artigo precedente (Sequeira-Martinho, 1990), a actividade electrodérmica (AE) corresponde essencialmente à actividade das glândulas sudoríparas e depende de influências nervosas de origem central e de factores periféricos não nervosos.

A influência exacta dos factores periféricos ainda não está bem estabelecida mas dados recentes, expostos neste trabalho, permitem de considerar novas perspectivas. No que respeita o comando nervoso, trata-se de um domínio pouco explorado e objecto de numerosas hipóteses. Não obstante, está demonstrado que as glândulas sudoríparas recebem uma enervação simpática directa, não enviam informações retroactivas complexas para o sistema nervoso central e não estão dependentes de influências hormonais significativas. Trata-se de um comando nervoso muito mais simples que o da maior parte dos índices vegetativos habitualmente utilizados em psicologia, por exemplo, as variações cardiovasculares.

A simplicidade aparente do comando nervoso da AE, aliada à facilidade de registo numa grande variedade de situações experimentais e clínicas, explica o uso generalizado desta actividade no campo da exploração psicológica. As aplicações da AE são numerosas mas os resultados neste domínio exigem

interpretações cuja validade e pertinência necessitam conhecimentos precisos sobre os mecanismos fisiológicos subjacentes. Ademais, a mestria efectiva dos diversos factores, podendo exercer uma influência sobre tais mecanismos, garante a comparabilidade dos resultados neste sector de investigação.

No presente trabalho descrevemos primeiramente os determinantes fisiológicos da AE. Serão em seguida apresentados os principais domínios de utilização da AE e discutiremos finalmente as perspectivas de aplicação deste índice.

Para facilitar a apresentação da origem fisiológica da AE, decidimos de considerar dois níveis de análise: o primeiro, trata dos mecanismos periféricos em relação com as glândulas sudoríparas e diversos factores com acção cutânea local; o segundo, aborda as estruturas e vias nervosas implicadas no comando das glândulas sudoríparas e por consequência da AE.

NÍVEL PERIFÉRICO

Tendo em conta que as glândulas sudoríparas constituem o effector do sistema electrodérmico e que o principal interesse que representa o estudo deste último é o de facilitar a exploração psicológica, parece normal afirmar-se que o mesmo sistema exprime de maneira fidedigna as variações de origem cerebral. Para isso, é necessário avaliar o papel dos factores periféricos susceptíveis de introduzir uma perturbação fisiológica na transmissão e na expressão das ordens de origem central.

As primeiras utilizações da AE, sucedeu uma controvérsia sobre os mecanismos directos da sua origem; de facto, o papel das glândulas sudoríparas não foi de imediato evidenciado. Três origens foram então propostas: vascular (Vigouroux, 1879), sudorípara (Hermann & Luchsinger, 1878) e muscular (Landis & Dewick, 1929). Diversas experiências efectuadas em animais (Veraguth, 1909; Markbreiter, 1919), com-

(*) O presente artigo é o complemento de um trabalho já publicado nesta revista (Sequeira-Martinho, 1990). Certas informações aqui expostas exigem conhecimentos já descritos no trabalho citado.

(**) Professor de Psicobiologia no Département de Psychologie (Fédération Universitaire et Polytechnique de Lille).

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: H. Sequeira-Martinho, Laboratoire de Neurosciences du Comportement (USTL), SN4, 59655 Villeneuve d'Ascq Cedex, France.

pletadas com dados de origem clínica (Richter, 1927; Wagner, 1952), permitiram de demonstrar a relação intrínseca entre variações electrodérmicas e a actividade das glândulas sudoríparas. No entanto, esta relação não é tão simples como parecia, pois as mesmas glândulas estão sob a influência de factores agindo na estrutura complexa a que pertencem, na pele.

A pele

A pele protege o organismo contra a acção agressiva de diversos agentes externos e permite ao indivíduo medir com precisão e rapidez certas variações do meio ambiente; a pele, através do intercâmbio térmico com o exterior, participa no equilíbrio termoregulador dos processos vitais. Tais funções mobilizam numerosos elementos fisiológicos especializados, distribuídos através das diversas camadas da pele (Figura 1). Como veremos mais abaixo, esses elementos interferem com o funcionamento das glândulas sudoríparas e assim participam na produção electrodérmica. Consideremos então os dois principais elementos estruturais que determinam localmente a AE: glândulas sudoríparas e epiderme.

As glândulas sudoríparas dividem-se em dois tipos histológicos: apócrinas e écrinas. As glândulas apócrinas têm uma enervação pobre, uma actividade secretora fraca e não parecem participar da génese da AE (Fowles, 1986). Pelo contrário, experiências antigas de estimulação e de secção nervosas mostram que as glândulas écrinas recebem uma enervação abundante da componente simpática do sistema nervoso vegetativo (Hermann & Luchsinger, 1878; Waller, 1904; Richter, 1927; Wang & Lu, 1930). As mesmas glândulas produzem suor em abundância e o elemento secretor localiza-

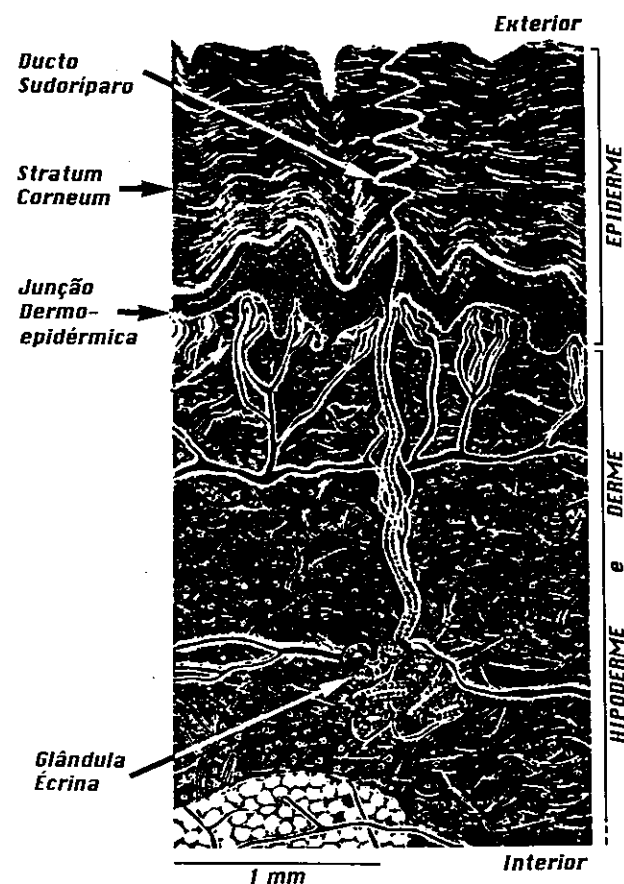


Figura 1 - Reconstituição esquemática de uma secção histológica da pele da planta dos pés. (Adaptado de Ebling, 1979).

se na derme. Mais precisamente, é constituído de células epiteliais e prolonga-se através de um ducto que atravessa a epiderme e expulsa na superfície da pele o produto da secreção epitelial: o suor (Figura 1). Argumentos de ordem traumática (Richter & Woodruff, 1941), eléctrica e neuroquímica (Lloyd, 1960) demonstram a implicação das glândulas écrinas na produção electrodérmica no Homem. Tais glândulas distribuem-se em toda a superfície cutânea mas com maior frequência nas regiões palmares e plantares (Montagna & Parakkal, 1974).

A epiderme corresponde ao segundo elemento cutâneo indispensável à produção da AE; o stratum corneum constitui a região superior da epiderme e regula a saída do suor pelo ducto sudoríparo assim como a passagem dos diversos electrólitos através da pele (Figura 1). Electrólitos e suor vão ser determinantes na produção das componentes electrodérmicas (Fowles, 1986).

Vários autores, sobretudo a partir dos anos sessenta, elaboraram diversos modelos explicativos sobre a implicação das glândulas sudoríparas e elementos conexos na produção eléctrica da pele (ver Edelberg, 1972, 1992; Fowles, 1986). Desses modelos pode identificar-se uma proposição global segundo a qual as manifestações electrodérmicas resultariam de três factores principais: as glândulas sudoríparas, a quantidade de suor secretado e enfim a barreira epidérmica. Mais precisamente, as variações em condutância dérmica (CD) resultariam dos efeitos combinados da quantidade de suor nos ductos sudoríparos e da percentagem de hidratação do stratum corneum; o potencial dérmico (PD) resultaria da interacção de dois potenciais: o primeiro, formado nas glândulas sudoríparas; o segundo, na epiderme (ver a análise de Fowles, 1986). Mas a implicação específica das glândulas sudoríparas e da epiderme na produção electrodérmica está sob a influência do comando nervoso, como veremos, e de factores locais que reunimos aqui sob a denominação de meio cutâneo.

O meio cutâneo

A humidade e a temperatura cutâneas, as substâncias químicas externas e os neurotransmissores, são os principais factores do meio cutâneo podendo influir nos parâmetros da AE. No que respeita à influência da humidade, ela modifica a hidratação do stratum corneum e como consequência as medidas em CD (Fowles & Schneider, 1974) e em PD (Fowles et al., 1981). A temperatura modifica a latência, a amplitude e a forma das respostas electrodérmicas. No Homem foi observado que uma diminuição da temperatura cutânea (de 40 a 10 °C) provoca um aumento dos valores de latência das respostas electrodérmicas (até 2,8 seg.); para a mesma gama de temperaturas, a amplitude das respostas electrodérmicas em condutância (REC) pode diminuir até 5% /°C (Edelberg, 1972). O mesmo autor assinala também a influência da temperatura sobre as diversas componentes das respostas electrodérmicas em potencial (REP). Em experiências com animais (Ba-M'Hamed et al., 1986), confirmou-se para a mesma gama de temperaturas, variações similares na latência, na amplitude e na forma das REC e das REP.

Várias substâncias, postas em contacto com a pele, podem igualmente influenciar as variações electrodérmicas em CD, em resistência dérmica (RD) e em PD (Fowles, 1986); por exemplo, o AlCl₃ potencializa a amplitude das respostas electrodérmicas em geral (RE) (Edelberg et al., 1960); a concentração e a acidez das diversas substâncias aparecem

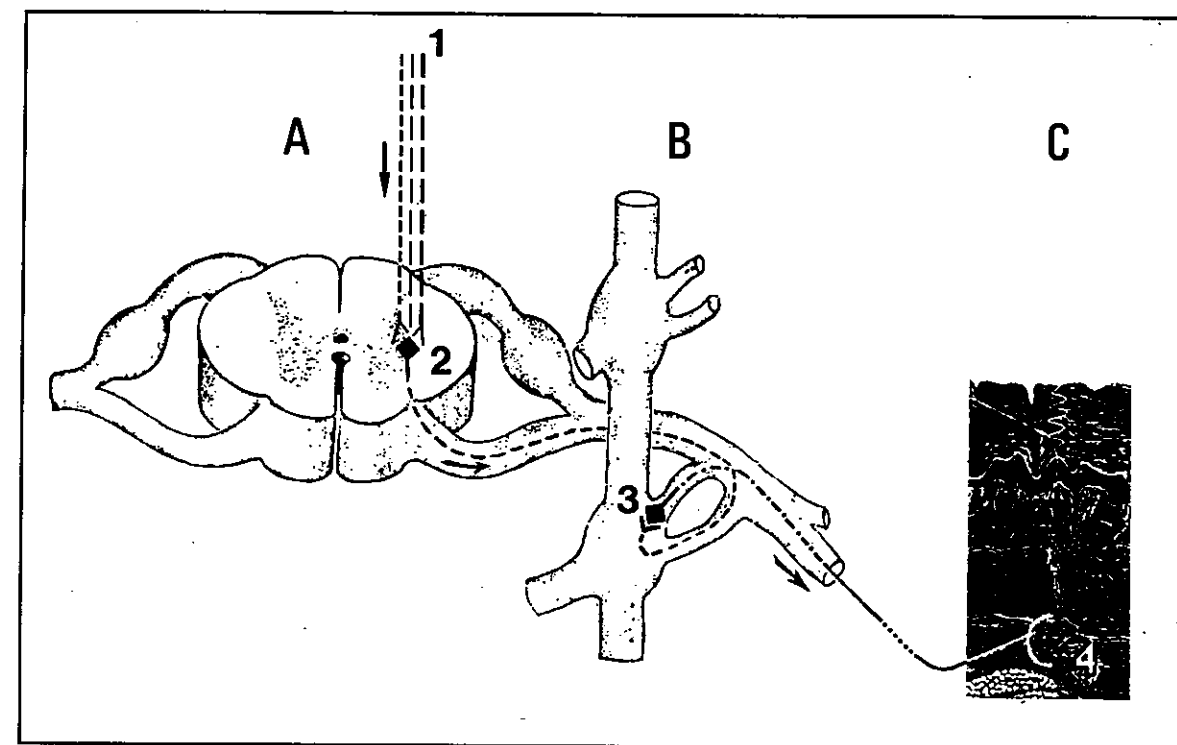


Figura 2 - Componentes espinal e ganglionar do comando nervoso da actividade electrodérmica. Esquema simplificado. A: Representação frontal da medula espinal; B: Cadeia simpática; C: Representação reduzida da figura 1. 1: Fibras nervosas de origem encefálica. Transmitem sobretudo influências de origem reticular, hipotalâmica, límbica e neocortical. 2: Neurónio pré-ganglionar; 3: Neurónio pós-ganglionar; 4: Glândula écrina.

como os parâmetros determinantes dessa influência. Também mencionaremos a acção dos neurotransmissores e respectivos antagonistas a nível da junção neuro-glandular; tal acção determina a presença ou a ausência da AE. Outras substâncias também influenciam a AE mas de maneira indirecta, sobretudo por intermédio de outros elementos cutâneos tais como a circulação sanguínea. Neste sentido, já em 1964, Edelberg demonstrava que a vasoconstrição cutânea diminuía a amplitude da AE. Enfim, a produção de AE pode ser alterada por efeitos locais de envelhecimento da pele (Rosenthal, 1966) ou resultando de influências de hormonas sexuais, sobre elementos dérmicos sudoríparos ou não. Note-se também que as glândulas sudoríparas assim como as respostas em condutância, diminuem com a idade e que particularidades regionais da pele podem originar características particulares das RE (Bloch, 1965; Elie & Guiheneuc, 1990).

Estes dados experimentais incitam a considerar com mais atenção o papel dos factores periféricos, frequentemente esquecidos em numerosos registos clássicos. De facto, acabamos de ver que factores como o sexo e a idade do indivíduo, o sítio de registo, a temperatura e a humidade cutâneas e ambientes, podem modificar de maneira significativa o registo da AE. A amplitude, o parâmetro electrodérmico mais utilizado, é particularmente sensível a tais factores. Assim, e contrariamente às interpretações habituais, este parâmetro não reflecte simplesmente a activação neuronal central mas depende também dos factores periféricos apontados cuja acção se exerce a nível do efector glandular e da epiderme. Por consequência, só um controlo rigoroso das influências periféricas permitirá a utilização da AE como um indicador pertinente das influências centrais. Estas, constituem evidentemente, neste caso, o principal interesse do psicólogo.

NÍVEL CENTRAL

Neste parágrafo apresentamos de maneira sucinta as vias e os centros nervosos que participam no comando da AE. A maior parte dos conhecimentos neste campo provém da experimentação animal e da experiência clínica no Homem, estando esta última sobretudo relacionada com perturbações da sudação. O estudo das estruturas nervosas que controlam a AE justifica-se pelo facto de que tal actividade tem relações evidentes com configurações psicológicas particulares; a análise destas estruturas tem interesse no tratamento de doenças mentais. De facto, certos estados psíquicos (esquizofrenia, depressão, perturbações de personalidade) parecem correlados com características electrodérmicas particulares (Flor-Henry, 1992); a identificação das estruturas nervosas implicadas no comando de tais características poderia facilitar, por exemplo, a manipulação de neurotransmissores, necessários ao estabelecimento de uma terapêutica eficaz.

Componentes espinal e ganglionar

A exploração destas componentes tem avançado nos últimos anos: os neurónios vegetativos espinais estabelecem contacto com os neurónios sudomotores, localizados nos gânglios látero-vertebrais, os quais têm conexões directas com as glândulas sudoríparas. Os corpos celulares dos neurónios vegetativos espinais, ditos pré-ganglionares, estão principalmente localizados numa porção da região lateral da medula espinhal, o núcleo intermédio-lateral (Fig. 2). A função sudomotora atribuída aos neurónios pré-ganglionares fundamenta-se actualmente em argumentos indirectos (Oldfield & McLachlan, 1981). Pelo contrário, os neurónios sudomotores pós-ganglionares foram estudados directamente no animal (Jänig & Kümmel

1981) e no Homem (Wallin & Fagius, 1986); tais neurónios distinguem-se facilmente dos vasodilatadores e vaso-constritores que enervam a mesma região cutânea (Jänig, 1986).

Vários estudos mostram também que a ablação dos gânglios simpáticos suprime a AE (Richter & Woodruff, 1941). A acetilcolina é o neurotransmissor da ligação sináptica entre as fibras pós-ganglionares e as glândulas sudoríparas: a utilização local de atropina, uma substância antagonista da acetilcolina, impede a produção de AE (Hermann & Luchsinger, 1978; Lader & Montagu, 1962). Não obstante, investigações recentes permitem admitir uma participação complementar de tipo adrenérgico (Sato, 1977). Segundo Appenzeller (1990), a acção adrenérgica poder-se-ia exercer por intermédio de hormonas circulantes. Em resumo, é através da via espino-ganglio-glandular que as influências produzidas no sistema nervoso central vão regular a actividade sudorípara e em consequência a expressão electrodérmica.

Componente encefálica

Os conhecimentos actuais sobre as influências supraespinais são fragmentários, frequentemente hipotéticos e tributários de experimentações, na maior parte antigas. Globalmente, podem delimitar-se dois circuitos neurónicos com influência predominante no controlo da AE: córtico-basal e límbico-hipotálamo-reticular.

O primeiro circuito integra as regiões do córtice frontal, préfrontal e parietal assim como provavelmente os gânglios da base, a nível subcortical; parece exercer efeitos excitadores sobre a AE. Tais efeitos são parcialmente transmitidos a nível espinal pelo feixe piramidal e pelas suas fibras colaterais que recrutam o sistema reticular descendente (Sequeira-Martinho et al., 1986; Sequeira-Martinho, 1992). Os programas nervosos assim transmitidos seriam responsáveis pelas modificações vegetativas periféricas, necessárias à expressão da motricidade fina. Como foi sugerido por Fowles (1986), a hidratação da epiderme (região do stratum corneum) aumenta a sensibilidade táctil e a resistência da pele e deste modo facilita a capacidade de contacto das extremidades. As ordens nervosas centrais regulam provavelmente o processo de hidratação indicado e as variações electrodérmicas simultâneas.

O outro circuito, límbico-hipotálamo-reticular, particularmente complexo, regularia a AE que acompanha os estados emocionais e as activações motoras importantes. As influências do sistema límbico e do hipotálamo exercem-se com a participação das estruturas reticulares do tronco cerebral (Sequeira-Martinho & Roy, 1992). A componente reticular ocupa uma posição central deste circuito na medida em que os centros reticulares correspondem à principal região excitadora da AE (Bloch, 1965). Todavia estes efeitos são contrabalançados pela acção inibidora das partes ventrolaterais das estruturas reticulares (Roy et al., 1974). Alguns autores consideram que o modo de funcionamento reticular, de excitação e de inibição da AE, pode ser generalizado a outras estruturas nervosas tais como o hipotálamo (Katsumi, 1955), o sistema límbico (Isamat, 1961; Yokota et al., 1963) ou ainda o córtice cerebral (Schwartz, 1937; Wilcott & Bradley, 1970). Não obstante, tendo em conta os dados da literatura (Sequeira-Martinho & Roy, 1992), tal dicotomia funcional só aparece justificada no caso do sistema reticular.

Defendemos aqui a ideia de que as influências descendentes, corticais ou subcorticais, mobilizam uma ou outra das

componentes reticulares descritas em função das exigências comportamentais (activação motora generalizada, emoções acompanhadas ou não de manifestações motoras); no caso de actos motores com orientação precisa, por exemplo actividades de preensão, as ordens vegetativas transmitidas pelo feixe piramidal seriam predominantes. As informações de origem encefálica (retículo-espinais, córtico-espinais, hipotálamo-espinais e límbico-espinais), excitadoras ou inibidoras, são reestruturadas a nível dos neurónios pré-ganglionares antes da elaboração de programas nervosos que atingem em seguida os neurónios sudomotores dos gânglios e as glândulas sudoríparas.

Em suma, os conhecimentos sobre o controlo central da AE são ainda fragmentários e a investigação neste domínio merece continuação e aprofundamento. A nosso ver, tal investigação deve seguir duas orientações: a primeira poderá averiguar a AE em doentes que sofrem de deficiências neuroquímicas (doença de Parkinson,...) ou neuroanatômicas (atrofias específicas do sistema límbico, ver Tranel & Damasio, 1989); a segunda, poderá estudar modelos animais que expliquem os resultados humanos e explorar novas alternativas.

DOMÍNIOS DE APLICAÇÃO

Globalmente, a AE interessa a dois grupos de investigadores. O primeiro dedica-se ao estudo dos mecanismos electrodérmicos; a investigação metodológica e a elaboração de novas posições teóricas são as orientações prioritárias. O segundo grupo reúne investigadores de formação e interesses mais diversos e utilizam a AE como índice psicofisiológico a fim de explorar problemáticas particulares (especialização hemisférica, ansiedade, aprendizagem,...), na maior parte dos casos em relação com a psicologia. Os investigadores deste segundo grupo, sempre tiveram em vista o uso de este índice como meio de descrever ou prever manifestações psicológicas particulares; este objectivo incita-nos a expor aqui um comentário geral sobre a utilização da AE como indicador da activação central, base de muitas dessas manifestações.

A interacção do indivíduo com o meio ambiente exige diversos níveis de mobilização psicológica (Duffy & Lacey, 1946). Lindsley (1951) traduziu tal exigência em termos de níveis de activação, dependentes da formação reticular e do córtice cerebral. Como já foi indicado, a AE é um dos índices mais sensíveis da activação reticular (Bloch, 1965). Por consequência, a AE pode ser um bom indicador dos comportamentos que mobilizam de maneira particular os níveis de activação central. Tal concepção explica também a utilização deste índice, só ou em correlação com outros, nos diversos aspectos da exploração psicológica. Mas a explicação dos comportamentos, sobretudo emocionais, segundo uma linha contínua de activação não parece suficiente e este facto foi destacado pelos investigadores da escola cognitiva. De facto, a teoria da activação explica as diversas emoções como sendo apenas a consequência dos vários níveis de intensidade da activação central. Mas como explicar então a coloração afectiva das emoções, isto é, positivas e negativas? Vários autores (Panksepp, 1982; Macchi, 1989) têm defendido posições segundo as quais cada tipo de emoções seria controlado por um circuito nervoso central, responsável das expressões vegetativas correspondentes nas quais a AE tem um lugar predominante.

Estes dados mostram a nítida insuficiência do poder

explicativo de teorias largamente difundidas. Por outro lado, apesar dos aspectos inovadores de hipóteses recentes, a complexidade dos circuitos centrais e a dificuldade de os mobilizar de maneira específica leva-nos a tratar com mais prudência os dados sobre a AE, utilizada algumas vezes como a manifestação fidedigna de configurações psicológicas particulares.

AE e Traços de Personalidade

Numerosos têm sido os trabalhos que tentam correlar características electrodérmicas com traços de personalidade. O fundamento teórico de tal objectivo resulta do facto de que um traço da personalidade traduz um tipo de activação somática e vegetativa constante que se expressaria por intermédio de características electrodérmicas particulares. Lacey (1959) considerava a AE como um índice da interacção do indivíduo com o meio ambiente; segundo tal asserção, a AE poderia variar em função do grau de abertura do carácter do indivíduo em relação a esse meio. Neste contexto teórico, o mesmo autor mostra que a frequência das respostas electrodérmicas em resistência (RER) apresenta uma relação significativa com as características individuais da personalidade.

No que respeita a dicotomia introversão/extroversão, traços de personalidade propostos por Eysenck (1967), diversos estudos (Coles et al., 1971; Sadler et al., 1971), sem todavia poderem distinguir de maneira significativa entre os dois tipos de personalidade, revelam diferenças no processo de habituação das respostas electrodérmicas em condutância (REC) e das RER. Num sentido diferente, os resultados obtidos por Freixa i Baqué (1987) sobre a AE espontânea não estão correlados com as dimensões da personalidade, propostas por Eysenck. Partilhamos a conclusão deste autor segundo a qual os dados actuais sobre a AE não permitem considerá-la como uma medida suficientemente indicativa do tipo de personalidade.

Nos últimos anos, também a ansiedade tem sido um dos traços de personalidade mais estudados no campo de aplicação da AE. A fim de melhor comentar os dados da literatura, convém distinguir aqui dois tipos de ansiedade: a ansiedade como traço de personalidade e a ansiedade como estado emocional. Mais sublinhamos, que os dados disponíveis provêm de indivíduos ansiosos pertencendo à população normal ou sofrendo de ansiedade patológica. As investigações actuais (ver Naveteur, 1989) mostram que os níveis electrodérmicos (NE) assim como as RE espontâneas ou provocadas, não diferem de maneira significativa quando se comparam indivíduos de ansiedade fraca com indivíduos de ansiedade forte. Em indivíduos com ansiedade patológica, os NE, o número de RE espontâneas e a amplitude das RE provocadas, apresentam por vezes valores mais importantes que nos indivíduos normais.

Os conclusões deduzidas de tais dados são no entanto frágeis; de facto, segundo os parâmetros electrodérmicos considerados, a variabilidade dos resultados é grande e pode atribuir-se a diversos problemas metodológicos: a definição do tipo de ansiedade (traço ou estado), a avaliação do nível de ansiedade ou ainda a incoerência inerente à homogeneidade do diagnóstico da população de estudo. Além disso, aparece cada vez mais necessário de precisar o tipo de situação emocional (neutra, positiva, negativa) à qual o sujeito deve responder. De facto, o mesmo autor (Naveteur, 1989) pôde demonstrar que sujeitos com ansiedade (traço) forte manifestavam uma AE reduzida, em relação a sujeitos pouco ansiosos, em presença de estímulos com carácter desagradável. Mas numa situação

emocional de tipo agradável não é observada nenhuma diferença significativa entre os dois grupos de indivíduos.

Os dados da literatura permitem assim realçar que o estudo dos traços da personalidade através da AE deve respeitar critérios metodológicos exigentes a fim de estabelecer com fundamento o interesse dos sectores em exploração. Parece-nos, contudo, que a metodologia empregada recentemente no estudo da ansiedade contém elementos sérios, promotores de uma descrição objectiva de traços de personalidade.

AE e Emoções

O facto de identificar os diferentes estados emocionais utilizando um índice simples e de registo pouco oneroso (Peterson, 1907), contribuiu muito para aceitar a AE como indicador privilegiado das emoções. A abundante literatura neste domínio permite de facto de considerar alguns parâmetros da AE como indicadores de diversas manifestações emocionais. Por exemplo, Flanagan (1967) obteve correlações positivas significativas entre a amplitude das REC e os valores de uma escala de avaliação do comportamento emocional. Outros estudos mostraram que as componentes (positiva ou negativa) das respostas electrodérmicas em potencial, variam em função da coloração afectiva dos estímulos (Uno & Grings, 1965). Ax (1953) foi um dos primeiros a mostrar que dois estados emocionais, o medo e a cólera, provocam uma reactividade electrodérmica diferente. Enfim, Zoccolotti (1992) numa revisão recente da literatura, realçou o facto de que os doentes com lesões do hemisfério direito, considerado essencial para o tratamento das informações emocionais, manifestam uma AE muito inferior à dos doentes do grupo controlo.

Em conclusão, a AE, ainda que insuficiente para a identificação dos diversos comportamentos emocionais, continua a ser um indicador pertinente de tais comportamentos, em populações normais ou mesmo patológicas. No entanto, para reforçar a capacidade de descrição e previsão deste índice será necessário utilizar em simultâneo vários parâmetros da AE e associá-los a outros índices fisiológicos, centrais ou periféricos.

AE e aprendizagem

É banal afirmar que os indivíduos diferem quando se consideram as capacidades de aprendizagem e atencionais. Neste sentido, vários autores tentaram averiguar se a AE poderia ser um índice dos processos de aquisição e igualmente se tal actividade permitiria deduzir diferenças individuais aquando da mobilização dessas capacidades.

Alguns trabalhos permitem afirmar que há uma relação entre a AE e os processos de aquisição. De facto, Maltzman & Raskin (1965) e Krupski et al. (1971) indicam que, numa tarefa de detecção de sinal, valores altos dos níveis electrodérmicos (NE) estão correlados com a proporção de erros mais baixa. Noutra investigação com tarefas similares, Krupski et al. (1971) demonstraram que as REC mais amplas correspondem aos melhores resultados de detecção.

No que respeita mais precisamente o processo de aprendizagem, dois estudos (Brown, 1937; Kintsch, 1965), mostram uma covariação entre a amplitude das RER e a progressão da instalação da aprendizagem. No entanto, estas experiências podem ser criticadas, como já o fez Germana (1968), na medida em que o aumento da amplitude das RE pode traduzir uma activação central que acompanha a preparação para responder, necessária à realização da aprendizagem. Também foi inves-

tigada a relação entre a AE e as capacidades mnemónicas (Berry, 1962); o resultado aponta, ainda neste caso, para uma correlação entre tais capacidades e o nível de activação. Enfim, outros trabalhos puderam estabelecer relações específicas entre os resultados obtidos na execução de tarefas diversas e a AE (Blakeslee, 1979; Stenfort Kroese & Siddle, 1983).

Após esta breve incursão através alguns dados da literatura, partilhámos a opinião de Raskin (1973) segundo a qual a AE poderá ser utilizada, na exploração das diferenças individuais, a partir da análise dos processos de aquisição.

AE e Psicopatologia

Este parágrafo integra-se naturalmente no contexto geral da utilização da AE como índice das funções cognitivas. Nas últimas duas décadas, as medidas electrodérmicas foram sobretudo utilizadas como índice periférico do funcionamento dos hemisférios cerebrais (Lacroix & Comper, 1979). Mais precisamente, as diferenças observadas na AE bilateral, obtida a partir de registos simultâneos nas mãos direita e esquerda, têm sido consideradas como um índice do funcionamento hemisférico em vários grupos de doentes com sintomas de desordens psicopatológicas.

Esquizofrenia

O interesse do uso da AE como índice das perturbações esquizofrénicas foi referido em diversos artigos bem documentados (Gruzelier, 1973; Ohman, 1981); no entanto, os dados sobre a relação entre a AE bilateral e a esquizofrenia mantêm-se contraditórios (Miossec et al., 1986). De facto, os resultados mostram que os níveis de base electrodérmicos têm valores mais altos, quer na mão direita (Gruzelier & Venables, 1974), quer na mão esquerda (Rippon, 1979) ou equivalentes nas duas mãos (Toone et al., 1979). Divergência similar se observa na frequência das RE (Gruzelier & Venables, 1974). Enfim, as amplitudes das RE registadas na mão direita são geralmente de valores mais elevados que os da mão oposta (Gruzelier & Venables, 1974; Gruzelier, 1981). Experiências ulteriores produziram resultados similares (Flor-Henry, 1992).

Sintomas Depressivos

A partir dos anos sessenta, a AE foi explorada em muitos trabalhos como índice possível dos estados depressivos. Neste sentido, Christie (1981), numa síntese de vários trabalhos, mostra que: os valores dos NE e da amplitude das REC são tanto mais baixos quanto os sintomas depressivos são importantes; indivíduos depressivos de tendência psicótica têm um nível electrodérmico em condutância (NEC) mais baixo que os indivíduos depressivos de tendência neurótica.

Outras investigações interessaram-se igualmente pelas relações possíveis entre a ansiedade patológica ou a depressão e a AE bilateral. No que respeita à ansiedade patológica, os NEC são mais elevados na mão direita (Chatopadhyay, 1981). Quando os doentes sofrem de depressão endógena, os resultados mostram que as REC são mais amplas na mão esquerda (Myslobodsky & Horeish, 1978; Gruzelier, 1981). Em suma, pode-se afirmar que o estudo da lateralização electrodérmica não permite actualmente a definição de um padrão electrodérmico, nos indivíduos deprimidos.

Outras perturbações psíquicas

Ainda no contexto do estudo da AE bilateral, outras

relações foram observadas entre a AE e certas patologias: desordens da personalidade (Gruzelier & Venables, 1974), desordens afectivas (Iacono & Tuason, 1983); comportamentos consequentes a lesões cerebrais (Toone et al., 1979), deficiências neuropsicológicas resultando de negligências unilaterais (Heilman et al., 1978) ou mesmo patologias de tipo cardiovascular (Gruzelier et al., 1986). A actividade electrodérmica foi igualmente estudada em outras manifestações da psicopatologia tais como o autismo e o síndrome de Down: James & Barry (1984) estabeleceram a dificuldade do mecanismo de habituação da AE em crianças autísticas; Martinez-Selva e Garcia-Sanchez (1992) notaram que, em crianças com o síndrome de Down, as RE de orientação tinham amplitudes inferiores às de crianças da população normal. Enfim, outro eixo de investigação tem sido desenvolvido com o objectivo de estabelecer relações entre a expressão electrodérmica, como índice da activação do sistema nervoso central, e a toxicodependência (Marques-Teixeira, 1992).

Em suma, ressalta dos trabalhos apresentados que o paradigma da AE bilateral na análise das manifestações psicopatológicas não tem dado as consequências heurísticas esperadas; é de facto difícil associar, actualmente, um modelo de lateralização a uma patologia particular. Em análises recentes dos principais trabalhos neste domínio, tem-se proposto que as diferenças de amplitude das RE observadas nas mãos direita e esquerda seriam provocadas por estimulações assimétricas dos hemisférios (Rippon, 1992) ou seriam a consequência de níveis de vigilância diferentes (Flor-Henry, 1992). Num esforço de explicação global, Miossec et al., (1985) e Hugdahl (1989) realçaram os problemas metodológicos inerentes à utilização da AE bilateral, no âmbito da avaliação das perturbações psíquicas. Concluindo, cremos que a AE bilateral permanece um paradigma experimental interessante em explorações psicopatológicas mas parece-nos urgente a busca de alternativas, isentas dos limites metodológicos sublinhados.

AE e exploração do sistema nervoso periférico

A componente vegetativa de algumas patologias gerais tem sido averiguada por intermédio da AE; é exemplo o estudo das perturbações do sistema nervoso periférico. Neste caso, foram encontradas correlações entre os dados da microneurografia e a AE aquando de estudos de fibras pós-ganglionares mielínicas e amielínicas (Bini et al., 1980; Satchell & Seers, 1987). Ademais, em doenças que afectam o sistema nervoso vegetativo, como a polineuropatia amilóide familiar, a AE pode constituir um índice do bom funcionamento das fibras sudomotoras (Montagna et al., 1988). Estes autores observam uma baixa da amplitude das RE e estas podem mesmo desaparecer em doentes em estado grave. Também em doentes que sofrem de neuropatia diabética, as RE podem desaparecer das mãos e dos pés, respectivamente em 70 e 30 % dos casos (Soliven et al., 1987). Considerando as variações importantes, tanto intra como interindividuais, da latência e da amplitude das RE nos trabalhos apresentados, pode admitir-se que a AE constitui um teste a aperfeiçoar no contexto da análise das desordens vegetativas (Satchell & McLeod, 1985). Neste contexto, tem interesse referir que a microneurografia tem sido um método eficaz no estudo da actividade simpática eferente e do sistema nervoso periférico em geral; no entanto o seu uso é desagradável para o paciente, o tempo de administração é longo e exige utilizadores com grande experiência. Ademais,

esta técnica não permite registos em cerca de 20 % de sujeitos (Bini et al., 1980). Pelo contrário, a AE é um teste mais cómodo, simples, rápido e permite a análise precisa de reflexos vegetativos com meios técnicos elementares.

A Actividade Electrodérmica como "Detector de mentiras"

As emoções mobilizam sistemas fisiológicos independentes da vontade e controlados geralmente pelo sistema nervoso vegetativo. Como já o assinalámos, a AE foi desde o início do século um índice privilegiado das emoções porque traduzindo o carácter involuntário das expressões que as caracterizam. Mas a utilização mais célebre da AE corresponde ao "detector de mentiras". O medo de ser descoberto, associado ao acto de mentir, leva o indivíduo a manifestar expressões vegetativas entre as quais se salienta a AE.

Na prática, o sujeito deve responder a uma série de perguntas, neutras e pertinentes, apresentadas segundo uma metodologia específica. As perguntas neutras não têm relação alguma com o assunto de que se suspeita a implicação do sujeito; as perguntas pertinentes contêm relações mais ou menos directas com o assunto a investigar. As RE são registadas durante a administração do questionário. Se as RE às perguntas pertinentes são mais amplas que as das perguntas neutras, considera-se que o sujeito esconde a verdade e portanto mente. Pelo contrário, supõe-se que o sujeito inocente reage menos emotivamente às perguntas pertinentes e em consequência, neste caso, as RE não devem apresentar diferenças significativas com as RE que acompanham as perguntas neutras.

Esta técnica tem sido utilizada no domínio judicial, sobretudo na América do Norte, como um dos elementos das avaliações psicológicas, realizadas a pedido dos tribunais mas tem suscitado vivas polémicas como meio de investigar a verdade em condições não isentas de carga emocional. Outro ponto da controvérsia, diz respeito à precisão dos resultados assim obtidos. Para resumir tais debates, pode afirmar-se que para uns autores (Podlesny & Raskin, 1977) esta técnica permite de identificar cerca de 90% dos sujeitos que mentem enquanto para outros, como Lykken (1979), essa percentagem varia de 65 a 70 % quando o teste é aplicado em condições rigorosas de experimentação.

A utilização do "detector de mentiras" nas condições actuais, é experimentalmente imprudente na medida em que os sujeitos inocentes, perturbados com o contexto da análise psicológica, podem ser considerados como culpados em cerca de 50 % dos casos estudados (Likken, 1978). Ademais, os sujeitos culpados podem preparar-se a reagir de maneira adequada ao teste (aumento da AE às perguntas neutras, treino cognitivo para diminuir o impacto das perguntas pertinentes) e serem considerados inocentes.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A actividade electrodérmica constitui um dos índices mais sensíveis do interesse que um indivíduo ressentem em presença de um novo estímulo; a AE é por conseguinte um índice bem adaptado à detecção da reacção de orientação e à identificação de estímulos com significado para o indivíduo. Note-se também que a apresentação repetida de tais estímulos provoca um processo de habituação da AE. Estes dois resultados foram bem confirmados. Os outros resultados, obtidos nos

diversos domínios da exploração psicológica, aparecem menos decisivos. Isto pode explicar-se não só pelas características particulares da AE mas também pelas condições de registo e de análise da mesma actividade.

De facto, a instabilidade das características da AE é bem conhecida e manifesta-se na variabilidade importante da amplitude das respostas e dos níveis de base (Naveteur & Sequeira-Martinho, 1990). Tal variabilidade parece resultar de influências centrais ainda pouco conhecidas e de variações inerentes à acção de factores actuando nas regiões cutâneas de registo. Ora as conclusões actuais baseiam-se, na maior parte dos casos, em valores de amplitude das RE, muito sensíveis, a tais factores.

A nosso ver, é indispensável não só controlar as condições de registo mas também escolher outros parâmetros electrodérmicos, tais como a frequência das respostas espontâneas, menos influenciada por factores periféricos, ou por exemplo, o tempo de recuperação electrodérmico. Venables (1992) sustentou recentemente a ideia de que o tempo de recuperação poderia ser um bom índice da probabilidade que uma criança tem de desenvolver sintomas de tipo esquizofrénico. O controlo dos factores periféricos não deixa também de ter incidências nas investigações em psicopatologia. De facto, se se considera a AE bilateral como um índice da especialização hemisférica, torna-se evidente que quanto mais o papel dos factores periféricos for reduzido, melhor as variações de origem central poderão manifestar-se correctamente. Em abono da necessidade de uma experimentação mais rigorosa, sublinhe-se a divergência dos resultados obtidos em psicopatologia.

As perspectivas de utilização da AE deverão apoiar-se no reforço das interacções entre dois aspectos do conhecimento electrodérmico: técnico e temático. O primeiro diz evidentemente respeito ao progresso das técnicas de registo e de exploração dos mecanismos centrais. No segundo, será posta em foco a exploração de novos campos de utilização da AE, como índice de análise psicológica ou outra.

Entre as principais técnicas de registo da AE com aspectos inovadores, podem citar-se o ângulo de fase e o índice de sudação palmar (ISP). O ângulo de fase foi proposto como nova medida padrão para traduzir variações eléctricas cutâneas, observáveis quando uma corrente eléctrica alternada atravessa a pele (Boucsein, 1992). Comparada às técnicas de condutância e de resistência, este novo método apresenta a vantagem, entre outras, de normalizar as unidades de medida e, como resultado, facilitar o confronto de resultados provenientes de investigações diferentes (Schaefer, 1992). Por seu lado, o ISP permite o registo da actividade das glândulas sudoríparas através de uma visualização pormenorizada e automática da superfície da pele (Turpin & Clements, 1992). O ISP apresenta boas correlações com a AE e constitui um índice complementar. O novo índice apresenta características que o tornam útil em aplicações clínicas fora do contexto habitual do laboratório.

No que respeita a exploração dos mecanismos centrais, a utilização crescente de técnicas de visualização do cérebro constitui uma das orientações a privilegiar nos anos que vêm. Corresponde a uma nova via de exploração directa, no Homem, das bases neuroanatómicas e neurofisiológicas da AE (Raine, 1992). Ademais, estas técnicas poderão ser associadas a explorações bioquímicas centrais, desenvolvidas já no animal e tendo como objectivo, a médio prazo, encontrar soluções

terapêuticas em psicopatologia (Yammamoto et al., 1990).

Para que a utilização futura da AE cresça em difusão, não só os temas actuais devem ganhar em solidez teórica e metodológica mas também novos domínios de investigação deverão integrar este índice como um dos elementos principais da exploração psicofisiológica. A psicopatologia é sem dúvida um dos terrenos mais propícios à utilização da AE: como índice no diagnóstico de prevenção (caso da esquizofrenia) ou como indicador reconhecido de diversas manifestações psicopatológicas; alguns autores exploram também a possibilidade segundo a qual certas predisposições genéticas favorecendo a aparição de manifestações psicopatológicas, poderiam ser detectadas por registos da AE (Iacono & Ficken, 1992); enfim, a AE aparece como um indicador interessante da evolução do tratamento farmacológico, sobretudo em sintomas de esquizofrenia e de ansiedade (Christie, 1981). A actividade electrodermica poderá também revelar-se um índice adequado na exploração de situações em que a comunicação verbal está ausente ou é insuficiente: condições de subcepção, exploração funcional da audição e dos mecanismos de atenção na criança ou ainda como índice de deficiências mnemónicas em crianças autistas.

Concluindo, a AE pode certamente ter aplicações em dois campos de interesse crescente: a cronopsicologia e a geriatria. De facto, como outras manifestações vegetativas periféricas, por exemplo a actividade nasal lateralizada (Shannahoff-Khalsa, 1990; Schuller & Papousek, 1992), a AE pode constituir um índice da alternância funcional dos hemisférios cerebrais. Ademais, parece-nos também que a geriatria pode vir a ser um terreno de aplicação da AE. De facto, o envelhecimento acompanha-se geralmente de uma sudção crescente, a nosso ver tradução provável de uma libertação progressiva de mecanismos inibidores centrais, comuns ao comando da AE. Esta hipótese é tanto mais sedutora que a investigação que dela resultasse, colocaria a AE no campo privilegiado dos métodos de luta contra o envelhecimento, fenómeno crescente deste fim de século. A finalizar esta síntese, um estudo recente de Nikula (1991) mostrando relações claras entre as RE espontâneas e certas representações psicológicas, põe em realce e sem ambiguidade, o interesse da AE como um dos reveladores da cognição. Através da AE, o sistema nervoso vegetativo perde assim um pouco da sua suposta autonomia e a psicologia ganha um pouco mais no acesso à complexidade do objecto que a fundamenta.

REFERÊNCIAS

- Appenzeller, O. (1990). *Autonomic nervous system, fourth revised and enlarged edition. An introduction to basic and clinical concepts*. New York: Elsevier.
- Ax, A.F. (1953). The physiological differentiation between fear and anger in humans. *Psychosomatic Medicine*, 15, 433-442.
- Ba-M'Hamed, S., Ciancia, F., Delerm, B., Roy, J.C. & Sequeira-Martinho, H. (1986). Influence of skin temperature on latency and amplitude of skin potential responses in the cat. *Biological Psychology*, 22, 59-67.
- Berry, R.N. (1962). Skin conductance levels and verbal recall. *Journal of Experimental Psychology*, 63, 275-277.
- Bini, G., Hagbarth, K.E., Hyninen, P. & Wallin, B.G. (1980). Thermoregulatory and rhythm-generating mechanisms governing

- the sudomotor and vasoconstrictor outflow in human cutaneous nerves. *Journal of Physiology*, 306, 537-552.
- Blakeslee, P. (1979). Attention and vigilance: performance and skin conductance responses changes. *Psychophysiology*, 16, 413-419.
- Bloch, V. (1965). Le contrôle central de l'activité électrodermale. *Journal de Physiologie (Paris)*, 57, Suppl., 13, 1-132.
- Boucsein, W. (1992). *Methodological issues in electrodermal measurement*. Comunicação apresentada no NATO Advanced Research Workshop, Tilques.
- Brown, C.H. (1937). The relation of magnitude of galvanic skin responses and resistance levels to the rate of learning. *Journal of Experimental Psychology*, 20, 262-278.
- Chattopadhyay, P.K. (1981). Bilateral skin resistance responses in anxiety. *Individual Journal of Clinical Psychology*, 8, 29-34.
- Christie, M.J. (1981). Electrodermal activity in the 1980s: a review. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 74, 616-622.
- Coles, M.G., Gale, M.A. & Kline, D. (1971). Personality and habituation of the orienting reaction: tonic and response measures of electrodermal activity. *Psychophysiology*, 8, 54-63.
- Duffy, E. & Lacey, O.L. (1946). Adaptation in energy mobilization: changes in general level of palmar skin conductance. *Journal of Experimental Psychology*, 36, 437-452.
- Ebling, F.J.G. (1979). The normal skin. In A. Rook, D.S. Wilkinson & F.J.G. Ebling (Eds.) *Textbook of Dermatology*, (3rd ed., Vol. 1). London: Blackwell Scientific Publications.
- Edelberg, R. (1964). Effect of vasoconstriction on galvanic skin response amplitude. *Journal of App. Physiology*, 19, 427-430.
- Edelberg, R. (1972). The electrodermal system. In N.S. Greenfield & R.A. Steenbach (Eds.) *Handbook of Psychophysiology*. New York: Holt.
- Edelberg, R. (1992). *Electrodermal mechanisms: a critique of the two effector hypothesis and a proposed replacement*. Comunicação apresentada no NATO Advanced Research Workshop, Tilques.
- Edelberg, R., Greiner, T. & Burch, N.R. (1960). Some membrane properties of the effector in the galvanic skin response. *Journal of Applied Physiology*, 15, 691-696.
- Elie, B. & Guihenec, P. (1990). Sympathetic skin response: normal results in different experimental conditions. *Electroencephalography and clinical Neurophysiology*, 76, 258-267.
- Eysenck, H.J. (1967). *The biological basis of personality*. Springfield: Thomas.
- Flagan, J. (1967). Galvanic skin response: emotion of attention. *Proceedings of the Am. Psychological Association*, 2, 7-8.
- Flor-Henry, P. (1992). *Lateral asymmetries of electrodermal amplitude in the endogenous psychoses*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Fowles, D.C. (1986). The eccrine system and electrodermal activity. In M.G.H. Coles, E. Donchin & S.G. Porges (Eds.) *Psychophysiology. Systems, processes and applications*. Amsterdam: Elsevier.
- Fowles, D.C., Christie, M.J., Edelberg, R., Grings, W.W., Lykken, D.T. & Venables, P.H. (1981). Publication recommendations for electrodermal measurements. *Psychophysiology*, 18, 232-238.
- Fowles, D.C. & Schneider, R.E. (1974). Effects of epidermal hydration on skin conductance responses and levels. *Biological Psychology*, 2, 67-77.
- Freixa i Baqué, E. (1987). *Differences individuelles et émotion: theories de l'activation et de la spécialisation hémisphérique*. Tese de Doutoramento de Estado, Université de Lille (Não publicada).
- Germana, J. (1968). Psychophysiological correlates of conditioned response formation. *Psychological Bulletin*, 70, 105-114.
- Gruzelier, J.H. (1973). Bilateral asymmetry of skin conductance orienting activity and levels in schizophrenics. *Biological Psychology*, 1, 24-41.
- Gruzelier, J.H. (1981). Hemispheric imbalances masquerading as

- paranoid and nonparanoid syndromes? *Schizophrenia Bulletin*, 7, 662-672.
- Gruzelier, J.H., Nixon, P.G.F., Liddiard, D., Pugh, S. & Baxter, R. (1986). Retarded habituation and lateral asymmetries in electrodermal activity in cardiovascular disorders. *International Journal of Psychophysiology*, 3, 219-226.
- Gruzelier, J.H. & Venables, P.H. (1974). Bimodality and lateral asymmetry of skin conductance orienting activity in schizophrenics: replication and evidence of lateral asymmetry in patients with depression and disorders of personality. *Biological Psychiatry*, 8, 55-73.
- Heilman, K.M., Schwartz, H.D. & Watson, R.T. (1978). Hypoarousal in patients with the neglect syndrome and emotional indifference. *Neurology*, 28, 229-232.
- Hermann, L. & Luchsinger, B. (1878). Ueber die Sekretionsstroeme der Haut. *Archives Gestalt Physiologie*, 19, 300-319.
- Hugdahl, K. (1988). Bilateral electrodermal asymmetry: past hopes and future prospects. *Int. Journal of Neuroscience*, 39, 33-44.
- Iacono, W.G. & Ficken, J.W. (1992). *Family studies of electrodermal habituation and psychopathology*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Iacono, W.G. & Tuason, V.B. (1983). Bilateral electrodermal asymmetry in euthymic patients with unipolar and bipolar affective disorders. *Biological Psychiatry*, 18, 303-315.
- Isamat, F. (1961). Galvanic skin responses from stimulation of limbic cortex. *Journal of Neurophysiology*, 24, 176-181.
- James, A.L. & Barry, R.J. (1984). Cardiovascular and electrodermal responses to simple stimuli in autistic, retarded and normal children. *Int. Journal of Psychophysiology*, 1, 179-193.
- Jänig, W. (1986). Spinal cord integration of visceral sensory systems and sympathetic nervous system reflexes. In F. Cervero & J.F.B. Morrison, (Eds.) *Progress in Brain Research, Visceral Sensation*. Amsterdam: Elsevier.
- Jänig, W. & Kümmel, H. (1981). Organization of the sympathetic innervation supplying the hairless skin of the cat's paw. *Journal of the Autonomic Nervous System*, 3, 215-230.
- Katsumi, M. (1955). Experimental study on the central mechanism of psychogalvanic skin response. I. Relation between psychogalvanic response and hypothalamus. *Medical Journal of Osaka University*, 6, 649-668.
- Kintsch, W. (1965). Habituation of the orienting reflex during paired associate-learning before and after learning has taken place. *Journal of Mathematical Psychology*, 2, 330-341.
- Krupski, A., Raskin, D.C. & Bakan, P. (1971). Physiological and personality correlates of commission errors in an auditory vigilance task. *Psychophysiology*, 8, 304-311.
- Lacey, J.I. (1959). Psychophysiological approaches to the evaluation of psychotherapeutic process and outcome. In E.A., Rubinstein, & M.B. Parloff (Eds.) *Research in psychotherapy*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Lacroix, J.M. & Comper, P. (1979). Lateralization in the electrodermal system as a function of cognitive/hemispheric manipulations. *Psychophysiology*, 16, 116-129.
- Lader, M.H. & Montagu, J.D. (1962). The psycho-galvanic reflex: a pharmacological study of the peripheral mechanism. *Journal of Neurology and Neurosurgery Psychiatry*, 25, 126-133.
- Landis, C. & De Wick, H.N. (1929). The electric phenomena of the skin (psychogalvanic reflex). *Psycholog. Bull.*, 26, 64-119.
- Lindsley, D.B. (1951). Emotion. In S.S. Stevens (ed.) *Handbook of experimental psychology*. New York: Wiley.
- Lloyd, D.P.C. (1960). Electrical impedance changes of the cat's foot pad in relation to sweat secretion and reabsorption. *Journal of General Physiology*, 43, 713-722.
- Lykken, D.T. (1978). The psychopath and the lie detector. *Psychophysiology*, 15, 137-142.
- Lykken, D.T. (1979). The detection of deception. *Psychological Bulletin*, 86, 47-53.
- Macchi, G. (1989). Anatomical substrate of emotional reactions. In F. Boller & J. Grafman (Eds.) *Handbook of Neuropsychology*. Amsterdam: Elsevier.

- Maltzman, I. & Raskin, D.C. (1965). Effects of individual differences in the orienting reflex on conditioning and complex processes. *Journal of Experimental Research in Personality*, 1, 1-16.
- Marktbreiter, R. (1919). The effect of atropine on the emotive response. *Proceedings of the Royal Society, B*, 91, 41-43.
- Marques-Teixeira, J. (1992). *Skin conductance responses, drug addiction and self-organization*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Martinez-Selva, J.M. & Garcia-Sanchez, F.A. (1992). *Electrodermal orienting reaction in Down's syndrome children: enhanced or disturbed habituation?* Comunicação apresentada no NATO Advanced Research Workshop, Tilques.
- Miossec, Y., Cateau, M.C., Freixa i Baqué, E. & Roy, J.C. (1985). Methodological problems in bilateral electrodermal research. *International Journal of Psychophysiology*, 2, 247-256.
- Miossec, Y., Cateau, M.C., Freixa i Baqué, E. & Sequeira-Martinho, H. (1986). Activité électrodermale bilatérale et asymétrie hémisphérique chez les malades psychiatriques. *Psychologie Médicale*, 18, 1227-1230.
- Montagna, P., Salvi, F. & Liguori, R. (1988). Sympathetic skin response in familial amyloid polyneuropathy. *Muscle Nerve*, 11, 183-184.
- Montagna, W. & Parakkal, P.F. (1974). *The structure and function of skin*. New York: Academic Press.
- Myslobodsky, M.S. & Horsh, N. (1978). Bilateral electrodermal activity in depressive patients. *Biol. Psychology*, 6, 111-120.
- Naveteur, J. (1989). *Approche psychophysologique de l'anxiété: interactions entre personnalité et émotions expérimentalement induites*. Tese de Doutoramento, Université de Lille (Não publicada).
- Naveteur, J. & Sequeira-Martinho, H. (1990). Reliability of bilateral differences in electrodermal activity. *Biological Psychology*, 31, 47-56.
- Nikula, R. (1991). Psychological correlates of nonspecific skin conductance responses. *Psychophysiology*, 28, 86-90.
- Ohman, A. (1981). Electrodermal activity and vulnerability to schizophrenia: a review. *Biological Psychology*, 12, 87-145.
- Oldfield, B.J. & McMachlan, E.M. (1981). An analysis of the sympathetic preganglionic neurons projecting from the upper thoracic spinal roots of the cat. *Journal of Comparative Neurology*, 196, 329-345.
- Panksepp, J. (1982). Toward a general psychobiological theory of emotions. *Behavioral and Brain Sciences*, 5, 407-467.
- Peterson, F. (1907). The galvanometer as a measurer of emotions. *British Medical Journal*, 2, 804-806.
- Podlesny, J.A. & Raskin, D.C. (1977). Physiological measures and the detection of deception. *Psychological Bulletin*, 84, 782-799.
- Raine, A. (1992). *Research into brain mechanisms underlying electrodermal activity in humans using brain imaging techniques*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Raskin, D.C. (1973). Attention and Arousal. In W.F. Prokasy & D.C. Raskin (Eds.) *Electrodermal activity in psychological research*. New York: Academic Press.
- Richter, C.P. (1927). A study of the electrical skin resistance and the psychogalvanic reflex in a case of unilateral sweating. *Brain*, 50, 216-235.
- Richter, C.P. & Woodruff, B.G. (1941). Changes produced by sympathectomy in the electrical resistance of the skin. *Surgery*, 10, 957-970.
- Rippon, G. (1979). Bilateral differences in skin conductance level in schizophrenic. In J.H. Gruzelier & P. Flor-Henry, P. (Eds.) *Hemisphere asymmetries of function in psychopathology*. Amsterdam: Elsevier.
- Rippon, G. (1992). *Hemispheric differences and electrodermal asymmetry-task and subject effects*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Rosenthal, R. (1966). Experimenter effects in behavioral research. New York: Appleton.
- Roy, J.C., Delerm, B. & Granger, L. (1974). L'inhibition bulbaire et

- l'activité électrodermale chez le chat. *Electroencephalography and clinical Neurophysiology*, 37, 621-632.
- Sadler, T.G., Mefferd, R.B.Jr. & Houck, R.L. (1971). The interaction of extraversion and neuroticism in orienting response habituation. *Psychophysiology*, 8, 312-318.
- Satchell, P.M. & McLeod, J.G. (1985). Autonomic neuropathies: the earliest abnormalities. In A. Struppler & A. Weindl (Ed.) *Electromyography and evoked potentials*. Berlin: Springer.
- Satchell, P.M. & Seers, C.P. (1987). Evoked skin sympathetic nerve responses in man. *Journal of Neurology, Neurosurgery and Psychiatry*, 50, 1015-1021.
- Sato, K. (1977). The physiology, pharmacology, and biochemistry of the eccrine sweat gland. *Review of Physiology, Biochemistry and Pharmacology*, 79, 51-131.
- Schaefer, F. (1992). *Measurement of electrodermal activity using phase angle between alternating-current and - voltage*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Schulter, G. & Papoušek, I. (1992). Nasal airflow and electrodermal activity: autonomic correlates of cerebral lateralization. *International Journal of Psychology*, 27, p. 411.
- Schwartz, H.G. (1937). Effect of experimental lesions of the cortex on the "psychogalvanic reflex" in the cat. *Archives of Neurology and Psychiatry*, 38, 308-320.
- Sequeira-Martinho, H. (1990). Actividade Electrodérmica e Psicologia. Introdução Histórica e Metodologia. *Jornal de Psicologia*, 9, 3-10.
- Sequeira-Martinho, H. (1992). *Cortical control of electrodermal responses: animal studies*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Sequeira-Martinho, H., Brochard, J. & Roy, J.C. (1986). Corticospinal control of electrodermal activity in the cat. *Journal of the Autonomic Nervous System*, Suppl., 567-570.
- Sequeira-Martinho, H. & Roy, J.C. (1992). Cortical and subcortical control of electrodermal responses: animal studies. In J.C. Roy, W. Boucsein, D. Fowles & J. Gruzelier (Ed.) *Progress on Electrodermal Activity*. New York: Plenum Press.
- Shannahoff-Khalsa, D. (1990). *Lateralized rhythms of the central and autonomic nervous systems: implications for stress, adaptation, and psychopathology*. Comunicação apresentada no "Vth International Congress of Psychophysiology", Budapeste.
- Soliven, B., Maselli, R., Jaspán, J., Green, A., Graziano, H., Petersen, M., & Spire, J.P. (1987). Sympathetic skin response in diabetic neuropathy. *Muscle Nerve*, 10, 711-716.
- Stenfert Kroese, B. & Siddle, D.A.T. (1983). Effects of an attention-demanding task on amplitude and habituation of the electrodermal orienting response. *Psychophysiology*, 20, 128-135.
- Toone, B.K., Cooke, E. & Lader, H. (1979). The effect of temporal lobe surgery on electrodermal activity: implications for an organic hypothesis in the aetiology of schizophrenia. *Psychology and Medicine*, 9, 281-285.
- Tranel, D. & Damasio, H. (1989). Intact electrodermal skin conductance responses after bilateral amygdala damage. *Neuropsychologia*, 27, 381-390.
- Turpin, G. & Clements, K. (1992). *Electrodermal activity and psychopathology: the development of the Palmar Sweat Index (PSI) as an applied measure for use in clinical settings*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Uno, T. & Grings, W.W. (1965). Autonomic components of orienting behavior. *Psychophysiology*, 1, 311-321.
- Venables, P.H. (1992). *Electrodermal indices as markers for the development of schizophrenia*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.
- Veraguth, O. (1909). *Das psychogalvanischen Reflexphänomen*. Berlin: Karger.
- Vigouroux, R. (1879). Sur le rôle de la résistance électrique des tissus dans l'électro-diagnostic. *Comptes Rendus de la Société de Biologie*, 31, 336-339.
- Wagner, H.N. (1952). Electrical skin resistance studies in two persons with congenital absence of sweat glands. *Archives of Dermatology and Syphilology*, 65, 543-548.
- Waller, A.D. (1904). The secreto-motor effects in the cat's foot studied by the electrometer. *Proceedings of the Royal Society of London*, 73, 92-98.
- Wallin, G. & Fagius, J. (1986). The sympathetic nervous system in man - aspects derived from microelectrode recordings. *Trends in Neurosciences*, Fevereiro, 63-67.
- Wang, G.H. & Lu, T.W. (1930). On the intensity of the GSR induced by stimulation of postganglionic sympathetic nerve fibers with single induction shocks. *Chinese Journal of Physiology*, 4, 393-400.
- Wilcott, R.C. & Bradley, H.H. (1970). Low-frequency electrical stimulation of the cats anterior cortex and inhibition of skin potential responses. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 72, 351-355.
- Yamamoto, K., Arai, H. & Nakayama, S. (1990). Skin Conductance Response after 6-hydroxydopamine lesion of central noradrenergic system in cats. *Biological Psychiatry*, 28, 151-161.
- Yokota, T., Sato, A. & Fujimori, B. (1963). Inhibition of sympathetic activity by stimulation of limbic system. *Japanese Journal of Physiology*, 13, 137-143.
- Zoccolotti, P. (1992). *Electrodermal activity in patients with unilateral brain damage*. Comunicação apresentada no "NATO Advanced Research Workshop", Tilques.

ABSTRACT

ELECTRODERMAL ACTIVITY AND PSYCHOLOGY: PHYSIOLOGICAL BASIS AND APPLICATIONS

We present in this paper the physiological mechanisms of the Electrodermal Activity (EDA) and several fields for electrodermal applications. Firstly, we describe nervous and non nervous components of the physiological control. To better understand the cutaneous origin of EDA, we give informations concerning sweat glands, epidermis and some other peripheral factors. Ganglionic, spinal and cerebral levels of nervous control of EDA are analysed. In the second part of the paper, we present main results of EDA, obtained in several research fields of psychology. Finally, we discuss some methodological points and we emphasize the novelty of some research trends.

RÉSUMÉ

ACTIVITÉ ÉLECTRODERMALE ET PSYCHOLOGIE: FONDEMENTS PHYSIOLOGIQUES ET APPLICATIONS

Après avoir présenté, dans un précédent article, les techniques d'enregistrement de l'Activité Électrodermale (AED), nous présentons et ses mécanismes physiologiques et divers domaines dans lesquels elle peut être utilisée. Dans la première partie, sont décrites les composantes nerveuses et non nerveuses des mécanismes physiologiques. Afin de mieux comprendre l'origine cutanée de l'AED, nous présentons les glandes sudoripares, l'épiderme ainsi que d'autres facteurs périphériques. Nous abordons ensuite les niveaux ganglionnaire, spinal et encéphalique du contrôle nerveux de l'AED. La deuxième partie de l'article, est consacrée aux principaux résultats sur l'AED, obtenus dans divers secteurs de la recherche en psychologie. Dans la section finale, nous discutons plusieurs points méthodologiques et envisageons quelques perspectives novatrices ayant trait à l'exploitation future de l'AED.

PERSONALIDADE E SENSIBILIDADE AO PRÊMIO EM CRIANÇAS: UM TESTE DA HIPÓTESE DE NEWMAN

ANTÔNIO CASTRO FONSECA (*)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O objectivo deste estudo era analisar a relação entre sensibilidade ao prémio e a Extroversão numa população normal. Para esse efeito, um grupo de crianças inglesas e um grupo de crianças portuguesas preencheram o questionário de personalidade de Eysenck para crianças (EPQ-Júnior) e participaram num jogo de cartas destinado a medir a sua sensibilidade ao prémio. Não se registou nenhuma correlação significativa entre as duas medidas, não se confirmando assim a hipótese de Newman (1987) segundo a qual os indivíduos extrovertidos são hipersensíveis ao prémio.

INTRODUÇÃO

Baseando-se nos défices de evitamento passivo exibidos por animais com lesões nas áreas do septum e/ou do hipocampo, Newman e seus colaboradores (Gorenstein & Newman, 1980; Newman, Widon & Nathan, 1985; Newman, Patterson & Kosson, 1987) propuseram, numa série de estudos teóricos e empíricos recentes, um modelo de desinibição comportamental aplicável aos humanos. De acordo com este modelo, indivíduos com a "síndrome de desinibição" (v.g. indivíduos psicopatas, delinquentes, hiperactivos e também os extrovertidos normais) caracterizar-se-iam por uma excessiva sensibilidade ao prémio e, consequentemente, o padrão de respostas dominantes estabelecido em situações de reforço positivo seria difícil de modificar mesmo quando, subsequentemente, em vez dum prémio o sujeito recebesse um castigo. Um tal défice de inibição seria particularmente notório em situações ou tarefas que opõem, ao mesmo tempo, as probabilidades de prémios às probabilidades de castigo, uma vez que o aumento de ansiedade associado ao castigo ou frustração tende a intensificar as respostas previamente reforçadas (Newman, 1987). Utilizando o modelo dos dois sistemas de aprendizagem de Gray (1972; 1987), aqueles autores sugerem que um tal padrão de resposta resulta dum desequilíbrio entre o sistema de inibição comportamental e o sistema de aproximação⁽¹⁾. Mas, enquanto Gray explica o comportamento desinibido em termos dum sistema de inibição pouco activo, Newman interpreta-o em termos dum sistema de aproximação hiperactivo. Por outras palavras, as pessoas com a síndrome de desinibição comportamental seriam extremamente sensíveis ao prémio, o

que as levaria a prestar uma atenção reduzida aos sinais de castigo e, em consequência disso, a comportamentos pouco adaptados. Até agora, essa hipótese tem obtido confirmação em estudos com psicopatas adultos e com delinquentes (Newman et al., 1985, 1987), com adolescentes que apresentam severos distúrbios emocionais (Shapiro, Quay & Hogan, 1988), com crianças com graves distúrbios do comportamento (Daugherty & Quay, 1991; Fonseca & Yule, 1991) e com crianças hiperactivas (Douglas, 1983).

Embora a extroversão tenha sido considerada como uma outra manifestação socialmente mais aceitável, do síndrome de desinibição (Gorenstein & Newman, 1980), até agora apenas um número muito reduzido de estudos tem focado a relação entre aquela dimensão da personalidade e a sensibilidade ao prémio numa população normal. Num desses estudos, Newman et al. (1985), utilizando uma tarefa em que se pedia aos sujeitos (40 estudantes universitários) para carregar num botão quando aparecesse um estímulo positivo e para evitarem carregar quando aparecesse um estímulo negativo, não encontraram diferenças significativas entre extrovertidos e introvertidos quando estes dois grupos respondiam unicamente em condições de castigo. Porém, em situações de prémio, os extrovertidos continuavam a premir o botão mais frequentemente do que os introvertidos, mesmo quando não o deviam fazer e essa diferença era significativa. Por outras palavras, os extrovertidos tinham mais dificuldade em evitar um padrão de resposta que anteriormente era reforçada positivamente mas que depois passou a ser sistematicamente seguida por um castigo. Posteriormente, outros estudos, utilizando diferentes paradigmas experimentais tais como a velocidade de resposta (Nichols & Newman 1986) e reacções fisiológicas ao castigo e/ou ao prémio (ver Newman, 1987), apontaram igualmente no sentido duma maior sensibilidade ao prémio nos extrovertidos normais. Com base nesses dados, Newman (1987) concluiu que os extrovertidos se assemelham aos psicopatas visto que, em situações de prémio, apresentam os mesmos défices de inibição comportamental.

(*) Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: António Castro Fonseca, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Rua do Colégio Novo, 3000 COIMBRA

O objectivo desta investigação é verificar se (1) o mesmo padrão de respostas se pode encontrar em crianças extrovertidas normais, (2) se ele aparece tanto em rapazes como em raparigas, e (3) se a sua ocorrência é independente de variáveis de ordem cultural. O esclarecimento destas questões tem grande relevância tanto a nível teórico como a nível prático, não só, porque permitirá uma análise mais completa do modelo de Newman, designadamente no que diz respeito à sua validade intercultural, mas também porque, a confirmar-se, a hipótese de Newman poderá ter grandes implicações para a educação das crianças. Entre outras coisas, isso evidenciaria a necessidade dum equilíbrio adequado entre prémios e castigos, de acordo com a personalidade de cada indivíduo, em qualquer tipo de intervenção educativa ou terapêutica.

MÉTODO

Sujeitos

Participaram neste estudo um grupo de crianças inglesas e um grupo de crianças portuguesas. O primeiro era composto por 26 rapazes e 14 raparigas de idades que variavam entre os sete e os onze anos, provenientes duma grande escola primária numa zona suburbana de Londres, habitada predominantemente por famílias da classe média. O segundo grupo era constituído por 36 rapazes e 17 raparigas da mesma faixa etária, provenientes de escolas primárias duma zona de Coimbra, habitada predominantemente por famílias da classe média e da classe operária. Em cada escola, as crianças eram seleccionadas em turmas diferentes para se evitar que tivessem a oportunidade de passar umas às outras informações relativas às tarefas que tinham de executar.

Instrumentos

EPQ-Júnior

Este questionário de personalidade foi construído por Eysenck (1975) e consiste em quatro escalas independentes, três delas destinadas a medir as três dimensões de personalidade por ele identificadas e uma destinada a medir a desadaptação social. São elas as escalas de Extroversão (E), Neuroticismo (N), Psicoticismo (P) e Mentira ou desirabilidade social (L). Estudos anteriores revelaram que tanto a versão inglesa (Eysenck & Eysenck, 1975) como a versão portuguesa (Fonseca & Eysenck, 1989) desse questionário, têm boas características psicométricas.

A Tarefa do Jogo das Cartas

Este jogo é uma adaptação manual duma tarefa computadorizada construída por Newman et al. (1987). O modelo utilizado no presente estudo consiste numa pequena caixa rectangular de latão, com uma abertura correspondente à linha que une os dois ângulos inferiores dianteiros. A caixa continha 100 cartas de jogo, de dimensões normais, que a criança podia tirar, uma de cada vez, pela referida abertura. A disposição das cartas dentro da caixa obedecia a um critério predeterminado, mas desconhecido da criança: o primeiro bloco de dez cartas continha nove cartas com figuras humanas-letras (v.g. o rei) e uma com figuras geométricas-números (v.g. a quadra), o segundo bloco de dez cartas continha oito cartas com figuras humanas e duas com figuras geométricas, o terceiro bloco continha sete figuras humanas e três figuras geométricas e assim sucessivamente

até ao último bloco que continha apenas dez cartas com figuras geométricas e números. A instrução era a seguinte:

"Aqui tens um jogo de cartas no qual se pode ganhar rebuçados. O jogo consiste em tirar cartas, uma de cada vez, desta caixinha. A caixinha tem mais do que um baralho normal. O jogo tem duas regras. A primeira regra é que cada vez que tirares uma carta com figuras humanas ganhas um rebuçado e cada vez que tirares uma carta com números perdes um rebuçado. (Mostram-se exemplos dos dois tipos de cartas). A segunda regra é que podes parar o jogo quando quiseres. No fim ficas com os rebuçados que tiveres ganhado durante o jogo. O objectivo do jogo é ver quantos rebuçados consegues ganhar."

Como a gente não sabe em que ordem as cartas vão aparecer, tens aqui cinco rebuçados que, se for necessário, podes utilizar durante o jogo. Se não forem precisos, eu torno a ficar com eles, no fim do jogo. Estes cinco rebuçados são apenas um empréstimo. Compreendeste bem o jogo? Diz-me lá, quais são as regras?"

O jogo só começava após a criança ter mostrado que compreendia bem as instruções. Durante o jogo, o experimentador limitava-se a colocar na (ou a retirar da) mesa um rebuçado em conformidade com o tipo de carta jogada. No caso de as crianças não terem parado antes o experimentador mandava terminar o jogo na 95ª carta, altura em que o sujeito tinha perdido todos os prémios (incluindo os que no início tinham sido postos à sua disposição como empréstimo) e em que as perdas igualavam os ganhos. Este jogo proporcionava duas medidas de sensibilidade ao prémio: o número de cartas jogadas e o número de prémios (rebuçados) ganhos. Porém, em consonância com o que acontecera nalguns estudos anteriores que utilizaram esta tarefa (Scherbo et al. 1990; Shapiro et al. 1988), a nossa análise incidiu apenas sobre o número de cartas jogadas.

Teste de inteligência

Com vista a controlar o nível intelectual dos sujeitos administrou-se às crianças inglesas uma forma abreviada da WISC-R (Weschler, 1974) e às crianças portuguesas uma forma abreviada da versão portuguesa da WISC (Marques, 1970).

Procedimento

As crianças foram entrevistadas nas suas próprias escolas durante as horas de aulas após se ter obtido a necessária autorização dos professores e dos pais para esse efeito. O questionário de personalidade foi preenchido em pequenos grupos (geralmente de 3 ou 5, dependendo das escolas), mas o teste de inteligência e o jogo das cartas foram sempre efectuados em situação individual.

Este trabalho foi executado no contexto dum estudo mais vasto que envolvia muitas outras medidas e tarefas administradas ao longo de várias sessões. Isso explica por que é que três sujeitos da amostra portuguesa que participaram no jogo das cartas não estiveram presentes na altura em que deveriam preencher o questionário de personalidade.

RESULTADOS

Como se pode ver pelo Quadro I, os rapazes ingleses

jogaram mais cartas do que as raparigas enquanto que na amostra portuguesa se verificava o contrário. Além disso, se tomarmos as duas amostras no seu conjunto verifica-se que, em média, os portugueses jogaram mais cartas do que os seus colegas ingleses. A diferença é particularmente notória quando considerarmos apenas os subgrupos dos rapazes. Uma análise da variância, 2 (sexo) x 2 (nacionalidade), revelou um efeito significativo da variável nacionalidade — $F(1,88) = 9.73$. $P < .01$ — mas nenhum efeito da variável sexo no número de cartas jogadas.

Quadro 1 - Médias e desvios-padrões no número de cartas jogadas pelas crianças inglesas e pelas crianças portuguesas.

	Grupo inglês			Grupo português		
	n	m	dp	n	m	dp
Rapazes	26	57.73	36.29	35	83.71	22.06
Raparigas	14	65.14	31.79	17	72.17	30.82

No quadro 2 apresentam-se as correlações entre as diferentes medidas para os rapazes e as raparigas, separadamente, nas duas amostras.

Quadro 2 - Correlações produto-momento entre o EPQ e o número de cartas jogadas.

	E	N	P	L
Rapazes ingleses (n=26)				
Cartas	.13	-.06	.11	-.23
Raparigas inglesas (n=14)				
Cartas	-.32	.45	-.07	.00
Rapazes portugueses (n=33)				
Cartas	-.12	-.16	.00	.08
Raparigas portuguesas (n=16)				
Cartas	-.40	-.09	-.03	-.04

Cartas = número de cartas jogadas. E = extroversão; N = neuroticismo; P = psicoticismo; L = mentira (lie).

Como aí se pode ver, não se registou nenhuma correlação significativa entre a extroversão e o número de cartas jogadas, quer por parte das crianças inglesas quer por parte das crianças portuguesas. Surpreendentemente, os resultados vão no sentido oposto, embora sem nunca atingirem níveis estatisticamente significativos.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

No seu conjunto, os resultados deste estudo são inconsistentes com a hipótese duma relação entre extroversão e sensibilidade ao prémio em crianças normais. Além disso, os mesmos resultados chamam a atenção para a importância que

as diferenças sexuais, culturais e sócio-económicas podem ter neste padrão de comportamentos.

Perante isto, poder-se-á argumentar que o insucesso em replicar os resultados anteriormente obtidos por Newman e colab. com sujeitos adultos, resulta de não se ter utilizado exactamente a mesma tarefa, mas antes uma adaptação manual. Todavia, estudos anteriores sobre crianças e adolescentes com distúrbios do comportamento (Fonseca & Yule, 1991) em que se utilizou a mesma tarefa produziram resultados que apontam na direcção esperada. A explicação então sugerida foi a de que a hipersensibilidade ao prémio aparece apenas em certos grupos de indivíduos extremamente perturbados. Outros poderão ainda argumentar que esse padrão de resposta nos extrovertidos é algo que se desenvolve com a idade e, consequentemente, encontra-se apenas nos adultos. Uma maneira de testar futuramente essa hipótese será utilizar a mesma tarefa com sujeitos normais de diferentes grupos etários.

Finalmente, o facto de as crianças portuguesas aparecerem como mais sensíveis ao prémio do que as inglesas é difícil de explicar em termos do modelo de Newman e requer mais investigação. Uma interpretação possível desta diferença é que ela resulta da maneira como as duas amostras foram constituídas. Com efeito, as crianças portuguesas provinham sobretudo de famílias pertencentes aos estratos sócio-económicos mais desfavorecidos enquanto que as crianças inglesas pertenciam exclusivamente a famílias da classe média. Sendo assim, poder-se-ia avançar a hipótese de que os prémios em questão teriam mais valor para as crianças do primeiro grupo que, em consequência, estariam mais motivadas para os alcançar, mesmo quando as probabilidades lhe eram cada vez mais desfavoráveis. Uma tal ideia estaria em conformidade com os resultados obtidos muitos anos atrás por Bruner e Goodman (1947). Uma maneira fácil de a submeter à prova experimental seria comparar, nesta tarefa, os resultados de grupos equivalentes de crianças que, no entanto, pertencessem a estratos socio-económicos bem diferentes.

NOTA

⁽¹⁾ Estes dois sistemas de aprendizagem teriam bases neurofisiológicas localizadas em áreas do cérebro bem diferenciadas e responderiam a dois tipos de sinais igualmente bem distintos.

REFERÊNCIAS

- Bruner, J. & Goodman, C.C. (1947). Value and need as organizing factors in perception. *J. Abn. and Soc. Psychology*, 42, 33-44.
- Daugherty, T.K. & Quay, H.C. (1991). Response perseveration and delayed responding in childhood behaviour disorders. *J. Child Psychol. Psych.*, 32, 453-461.
- Douglas, V.I. (1983). Attentional and cognitive problems. In M. Rutter (Ed.). *Developmental neuropsychiatry*. London: The Guildford Press.
- Eysenck, H. J. & Eysenck S. B. G. (1975). *Manual of Eysenck Personality Questionnaire*. London: Hodder and Stoughton.
- Fonseca, A.C. & Eysenck, S.G. (1989). Estudo intercultural da personalidade: Comparação de crianças portuguesas e inglesas no EPQ-Junior. *Rev. Portuguesa de Pedagogia*, XXIII, 323-345.
- Fonseca, A.C. & Yule, W. (1991). Personality and antisocial behaviour in children and adolescents: A test of two models. (Apresentado para publicação).

- Gorenstein, E. E., & Newman, J. P. (1980). Disinhibitory psychopathology: A new perspective and model for research. *Psychological Review*, 87, 301-315.
- Gray, J. A. (1972). The psychophysiological basis of introversion-extraversion: A modification of Eysenck's theory. In V. D. Neblitsyn and J. A. Gray (Eds.), *The biological bases of individual behaviour*. N.Y.: Academic Press (pp.182-205).
- Gray, J. A. (1987). *The psychology of fear and stress*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kosson, D.S. & Newman, J.P. (1986). Psychopathy and the allocation of attentional capacity in a divided-attention situation. *Journal of Abnormal Psychology*, 95, 257-263.
- Marques, J. H. F. (1970). *Manual da escala de inteligência de Wechsler para crianças*. Lisboa: I.N.I.C..
- Newman, J.P. (1987). Reaction to punishment in extraverts and psychopaths: Implications for the impulsivity of disinhibited individuals. *Journal of Research in Personality*, 21, 464-480.
- Newman, J.P., Patterson, C.M., & Kosson, D.S. (1987). Response perseveration in psychopaths. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 145-148.
- Newman, J. P., Widon, C. S., & Nathan, S. (1985). Passive avoidance in syndromes of disinhibition: psychopathy and extraversion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 1316-1327.
- Nichols, S., & Newman, J.P. (1986). Effects of punishment on response latency in extraverts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 624-630.
- Scerbo et al. (1990). Reward dominance and passive avoidance learning in adolescent psychopaths. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 18, 451-463.
- Shapiro, S., Quay, H., & Hogan, A. (1988). Response perseveration and delayed responding in unsocialized conduct disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 97, 371-373.
- Wechsler, D. (1974). *Manual for the Wechsler Intelligence Scale for Children Revised*. New York: Psychological Corporation.

ABSTRACT

PERSONALITY AND SENSITIVITY TO REWARD IN CHILDREN: A TEST ON NEWMAN'S HYPOTHESIS

This study assessed the relationship between sensitivity to reward and Extraversion in a normal population. A group of British children (26 boys and 14 girls) and a group of Portuguese children (35 boys and 17 girls) filled in the EPQ-Junior (Eysenck & Eysenck, 1975) and played a card task aimed at measuring their sensitivity to reward (number of card played). No significant correlation was found between the two measures. These data failed to support Newman's (1987) claim that extraverts are oversensitive to reward.

RESUMÉ

PERSONALITE ET SENSIBILITE AUX RECOMPENSES CHEZ LES ENFANTS: UN TEST A L'HYPOTHESE DE NEWMAN

L'objectif de cette étude était d'analyser la relation entre la sensibilité au prix et l'Extraversion dans une population normale. Pour cela un groupe d'enfants anglais (26 garçons et 14 filles) et un groupe d'enfants portugais (35 garçons et 17 filles) ont rempli le questionnaire de la personnalité de Eysenck (EPQ-Junior) et joué un jeu de cartes qui mesurait la sensibilité au prix. On n'a trouvé aucune corrélation significative entre les deux mesures. Ces résultats n'ont pas confirmé l'hypothèse de Newman selon laquelle les individus extrovertis sont hypersensibles aux récompenses.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76—4000 PORTO.
2. Os manuscritos não devem ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.
3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(ões) institucional(ais) do(s) autor(es); e) morada actual do(s) autor(es).
4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua dimensão aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro I entra aproximadamente depois da seguinte linha. "). b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numerados sequencialmente (ex.: fig. 1, fig.2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas nitidamente e cuidadosamente legendadas.
- c) Nos casos em que se justifique, o Jornal de Psicologia poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.
- d) As notas de rodapé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.
6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em rodapé), constando do nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Piaget (1964) fez notar ..." ou "Krohne e Laux (1981) concluíram que ...".

A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar ou escrever em itálico, respectivamente: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:

- a) Artigos de revista
Abrami, P., Leventhall, L., & Peny, R. (1982). Educational seduction. *Review of Education Research*, 52, 446-464.
- b) Livros
Garber, J., & Seligman, M. (1980). *Human helplessness*. New York: Academic Press.
- c) Artigos em livros
Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Witrock (Ed.) *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.
- d) Comunicações
Margh, H., & Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.

Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o APA Publishing Manual, 3rd edition (1983).

7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saiu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras reimpressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.

8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.

9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

10. Após a sua publicação no J.P. os artigos ficam a ser propriedade deste.

UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NO ESTUDO DA DELINQUÊNCIA: CONTRIBUTO DA ANTROPOLOGIA SOCIAL

MIGUEL MARIA LOPEZ-COIRA (*)

UNIVERSIDADE COMPLUTENSE DE MADRID

O devir histórico dos estudos sobre a delinquência caracteriza-se, entre outras coisas, pela amplitude e variedade dos enfoques explicativos utilizados. Desde os começos da criminologia, em que se avaliava o delito do ponto de vista legal — canalizado através da teoria do Direito — até às últimas correntes da análise das condutas delinquentes, uma grande diversidade de ciências e investigação nelas descritas, inverteram os seus esforços, quer na explicação como na prevenção do delito. A multiplicidade de teorias e enfoques demonstrou, ao longo do tempo, a complementaridade científica dos avanços obtidos de parte a parte, donde que a análise, avaliação e estudo da delinquência, deverá integrar conhecimentos provenientes de diversas disciplinas científicas. O objectivo do presente artigo é pois o de mostrar a necessidade do enfoque antropológico, adaptado aos requisitos actuais de toda a investigação empírica, para uma melhor compreensão da delinquência como fenómeno social, oferecendo um modelo de investigação multidisciplinar que integra a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia.

INTRODUÇÃO

Se o percurso histórico dos estudos sobre a delinquência se caracteriza, entre outras coisas, pela amplitude e variedade dos seus enfoques explicativos, torna-se necessário a existência de investigações interdisciplinares e multidisciplinares. Enquanto que as primeiras se caracterizam pela diversidade de enfoques sobre um mesmo fenómeno, as segundas implicam contributos científicos procedentes de vários ramos da ciência que, com a sua orientação teórico-empírica, colaboram em prol de uma delas, a qual, por um lado, mercê de riqueza das matrizes resultantes, estuda e explica o fenómeno investigado, no caso vertente, a delinquência. A criminologia, como qualquer outro ramo do saber, apoia-se em teorias, metodologias e investigações realizadas por autores diversos de diferentes países e culturas. Logicamente, estas investigações abordam a problemática delincente nas suas sociedades respectivas. Contudo, existe a tendência para empregar nomenclaturas teóricas geradas numa estrutura social concreta — os E. U. A., por exemplo — para explicar e/ou corroborar os resultados obtidos em investigações sobre comunidades claramente distintas tais como Israel, Japão ou Índia. Ainda que as conclusões destes trabalhos possam reportar-se a objectos comuns como é o caso do processo delitivo, ou melhor, da delinquência, e não obstante

ser possível articular uma análise comparativa que nos proporcionasse uma maior e melhor perspectiva do problema, duvidamos porém que tais conclusões ou resultados possam ser extrapolados, já que os dados provêm de uma origem cultural muito diferente.

Assim, estudos realizados com populações, asiáticas (Singh & Sharma, 1978), israelita (Rahav, 1976) ou hindu (Mukerji & Basu, 1980), sobre variáveis familiares tais como a tonalidade emocional da família, as relações pais-filhos, entre outras, dificilmente podem ser avaliados conjuntamente com os desenvolvidos na sociedade norte-americana, onde a estrutura social, o sistema económico, as redes e relações de parentesco, etc., são evidentemente distintas. Mais concretamente, diversos estudos assinalam que os delinquentes procedem com mais frequência do que os não-delinquentes, de famílias numerosas, podendo-se pois considerar que o tamanho da família pode constituir um bom indicador para diferenciar uns dos outros. Por seu lado Mukerji e Basu (1980), com uma amostra de 350 delinquentes e 350 não-delinquentes, encontraram uma diferença significativa entre o tamanho familiar de ambos os grupos e a sua tendência para delinquir. Independentemente da veracidade científica destes dados, os resultados desta investigação não podem servir de comparação nem referência para outros estudos, já que as famílias que lhe serviram de base eram extensas (compostas pelos cônjuges, filhos, tios, tias e avós) e não-nucleares (cônjuges e filhos), como é o caso dos estudos de autores ocidentais. Infelizmente, estas extrapolações são mais frequentes do que seria desejável.

É imprescindível uma clara, extensa e profunda descrição dos padrões socio-culturais que regem estas comunidades, distintas por definição. Em Espanha, Fuster (1979), tomando como unidade de análise a totalidade de províncias espanholas e realizando uma análise factorial com 77 variáveis (31 de de-

(*) Professor de Antropologia Social da Faculdade de Psicologia da Universidade Complutense de Madrid.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Dpto. de Antropologia Social. Facultad de Psicología (Somosaguas). Universidad Complutense de Madrid. 28023 Madrid. Espanha.

Tradução: Rui Abrunhosa Gonçalves.

linquência juvenil e 46 de outros dados sociológicos) encontrou diferenças marcantes entre os resultados, que parecem indicar a existência de diferenças socio-culturais entre as várias províncias (Fuster & Tomas, 1975, p. 13). Existe pois, no território espanhol uma variabilidade socio-cultural que é assinalada em numerosos estudos antropológicos realizados ao longo das duas últimas décadas.

Outra questão a colocar seria a de se o mesmo tipo de criminalidade ocorre nas grandes cidades, nas de tamanho médio, nas pequenas ou nos núcleos rurais. A resposta parece óbvia já que numerosos autores assinalam a diferenciação entre criminalidade urbana e rural. Todavia, as estatísticas oficiais só registam dados isolados como delitos cometidos, distribuição da população penal por sexo, idade, etc. Trata-se de dados inequivocamente úteis para a concepção de mapas estatísticos de distribuição dos delitos, entre outros aspectos, mas apenas manejáveis como instrumentos de trabalho e não como ponto de interpretação reflexiva sobre o fenómeno da delinquência (Alcantude et al., 1983).

A Antropologia pode levar a cabo estudos detalhados mediante abordagens de terreno (observação participante, análise contextual, etc) em pontos de referência distintos, tais como: 1) Elementos pessoais e biográficos: A história de vida como explicação processual da carreira delinvente, tomando em conta factores como a idade, o sexo, a escolarização, etc.; 2) Núcleo e estrutura familiar: A família entendida como grupo primário de socialização e como unidade básica transmissora de normas e valores sociais dos códigos morais segundo a classe social, onde se integra o sistema normativo das famílias inscritas nos vários estratos sociais. A própria estrutura familiar (tamanho, composição, supervisão parental, redes de parentesco, ...); 3) Sub-cultura delinvente: Estudada não segundo uma análise antropológica clássica, mas a partir da própria sub-cultura enquanto geradora e reprodutora de normas. Por outro lado, como potenciadora do duplo sistema normativo do delinvente, o sub-cultural e o da cultura dominante (Cohen, 1955, Robert & Lascoumes, 1974); 4) Análise ecológica e espacial: Variáveis como a densidade populacional, as taxas de delinquência, as áreas de recenseamento segundo os estratos socio-económicos, níveis de ocupação e uso do território, entre outros, representam um papel importante da dimensão ambiental que o fenómeno da delinquência abarca; 5) estudos institucionais: Análise das instituições totais (Goffman, 1972), tais como a prisão, com incidência na sua organização e estrutura social. Redes sociais em três vertentes (recluso — funcionário — instituição). O código do recluso como mediador da integração e adaptação ao meio; e 6) Prevenção de delitos: Através do trabalho de campo avaliar os aspectos estruturais do meio físico, social e humano (necessidades e carências sociais por áreas de delinquência) afim de planificar programas de prevenção, intervenção e tratamento.

Assim, a partir da análise comparativa, podemos estabelecer perfis criminológicos relacionados com os padrões de conduta cultural existentes em comunidades, com ordem e estrutura distintas.

PROPOSTA DE UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA DELINQUÊNCIA

A integração da Antropologia no estudo da delinquência

é um trabalho árduo e complexo que deverá desenrolar-se em fases sucessivas. De facto, uma Antropologia da Delinquência precisa dotar-se de instrumentos e metodologia empírica que deve extrair daquelas ciências que, dada a sua natureza, puderam desenvolver metodologias específicas a propósito da obtenção, elaboração e tratamento estatístico dos dados extraídos da investigação empírica. Recorde-se que a maior parte dos trabalhos de antropólogos no âmbito da delinquência, circunscritos fundamentalmente ao estudo dos bandos juvenis e à subcultura delinvente (Bloch & Niederhoffer, 1958; Miller, 1958, 1959; Myerhoff & Myerhoff, 1982; Whyte, 1971), foram criticados do ponto de vista metodológico e também pela escassa projecção explicativa (generalização) das teses aí defendidas, explicando a delinquência segundo uma perspectiva demasiado reduzida (Bordua, 1961, 1962; Reuter et al., 1973).

Por seu lado, quer o enfoque sociológico da delinquência quer o da Psicologia, empregando dados de fontes oficiais ou instrumentos de medida standardizados, oferecem, no caso da Sociologia, explicações macroestruturais ou, no caso da Psicologia, sobre os processos individuais ou grupais.

O estudo dos factores individuais (personalidades delinquentes ou criminosas, fundamentadas em traços da personalidade, análise das diferenças individuais, etc.), a cargo da Psicologia, tem vindo a deteriorar-se e a perder o seu valor explicativo face às críticas e questões metodológicas sobre a utilidade das variáveis da personalidade na explicação da conduta delinvente (Garrido & Clemente, 1983, p. 658).

A investigação da delinquência, tanto transcultural como sociológica, requer um reenquadramento sério já que não constitui um fenómeno unitário por força dos sistemas legais diferenciados existentes nos vários países (Tunger-Tas, 1983).

DESENVOLVIMENTO DO MODELO PROPOSTO

O nosso intento de recuperar a Antropologia Criminal, a partir de enquadramentos metodológicos actuais passa pela proposta de um modelo básico que pretende conjugar diversos enfoques. Pretende-se dotar a Antropologia de uma metodologia empírica (no que se refere ao estudo da delinquência) e oferecer às restantes ciências que se debruçam sobre este mesmo objecto, observações sistemáticas e conclusões explicativas, obtidas através de um trabalho terreno desenhado a partir de uma concepção empírica, que possam esclarecer sobre a veracidade de numerosas variáveis concorrentes do comportamento delinvente, no seu próprio contexto de produção. O modelo comporta as seguintes fases:

1. Enquadramento e objectivos

Esta fase refere-se à delimitação do objecto de estudo. Assim, os vários enquadramentos teóricos sobre a delinquência orientarão os objectivos e as variáveis que hão-de ser seleccionadas para o desenrolar da investigação.

Quer a Sociologia, a Antropologia ou a Psicologia, no desenvolvimento diacrónico do seu devir científico, constatarem a relevância de determinadas variáveis e no comportamento delinvente.

Depois de determinados os objectivos a estudar, o investigador elaborará um plano de investigação de acordo com

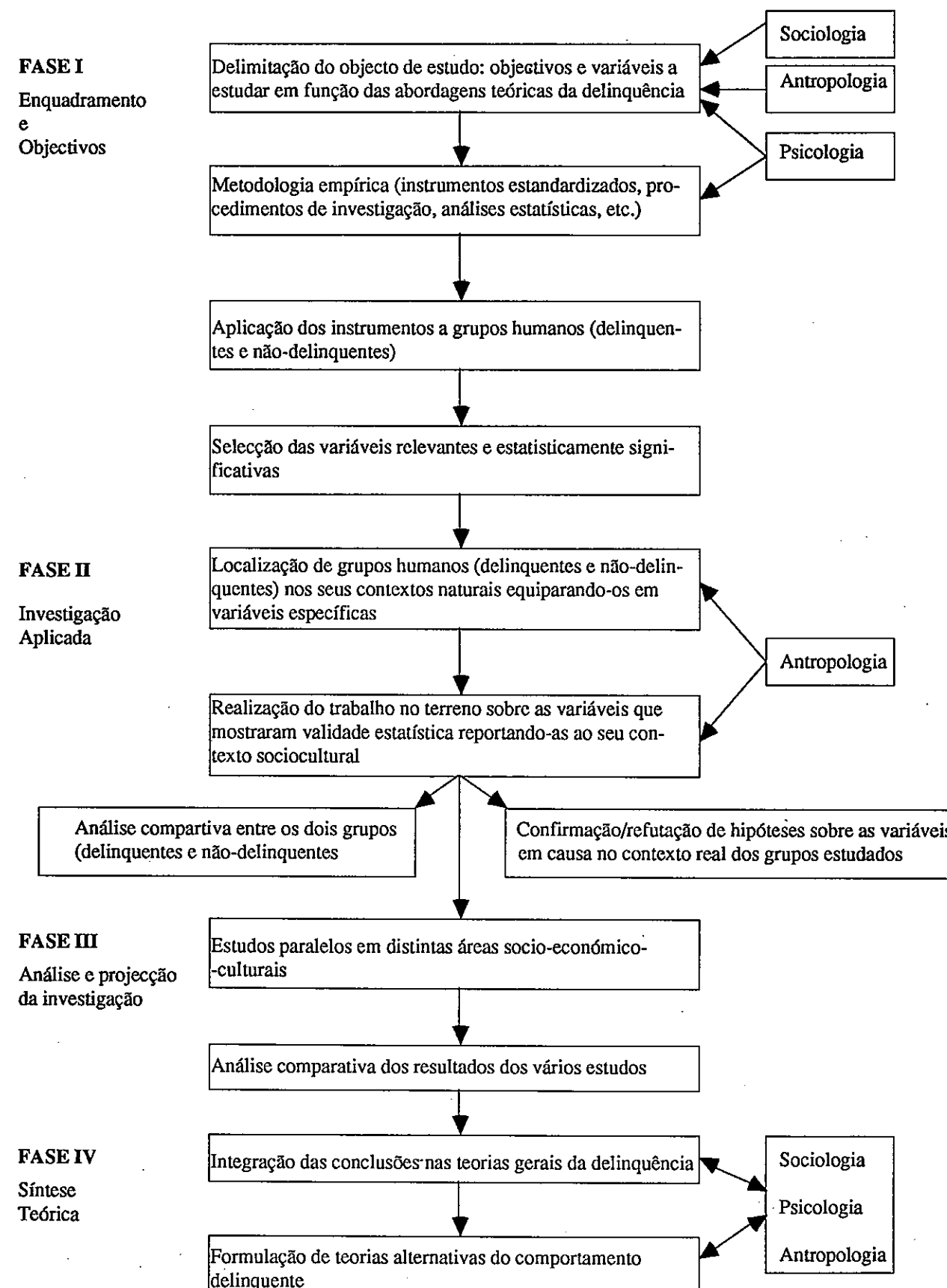


Figura 1 - Modelo de Investigação em Antropologia da Delinquência

uma metodologia empírica que inclua a possibilidade de análises e contrastes estatísticos, empregando instrumentos que possam medir e quantificar os objectivos previamente planeados. Sem dúvida que quer a Psicologia quer a Sociologia desfrutem de uma grande tradição empírica neste sentido. Haverá, portanto, que tomar por empréstimo destas ciências a sua metodologia empírica.

Seleccionados os instrumentos necessários, é preciso localizar uma amostra representativa (de delinquentes e não-delinquentes), a que se deverão aplicar. Tal amostra deverá estar equilibrada no que toca a variáveis que, em trabalhos anteriores, mostraram a sua relevância no estudo da delinquência (idade, sexo, nível socio-económico, etc.).

Da análise dos resultados obtidos, mediante procedimentos estatísticos rigorosos, seleccionar-se-ão somente aquelas variáveis que tenham uma importante significação estatística e que reportem as diferenças mais relevantes entre os vários grupos da amostra.

2. Investigação Aplicada

Mediante as técnicas clássicas do trabalho de campo, localizar-se-ão os grupos humanos que, nos seus contextos naturais, possam ser objecto de estudo e contemham na sua dinâmica as variáveis identificadas como relevantes na Fase 1. Assim, por exemplo, seleccionar-se-ão famílias que tenham algum elemento delincente e famílias sem qualquer historial de delinquência. Isto, por sua vez, implica a eleição de determinadas áreas socio-económicas e culturais válidas para reproduzir a estrutura da investigação. As famílias dos dois grupos estarão assim equiparadas em diversas variáveis específicas.

Localizados os grupos humanos, levar-se-á a cabo uma investigação de campo de certa duração, onde se estudará a manifestação das variáveis que obtiveram um alto poder explicativo na fase anterior. Este trabalho de terreno deverá realizar-se segundo os pressupostos metodológicos característicos da Antropologia Cultural. Isto é, o investigador estudará a sua comunidade de trabalho (definida segundo os grupos humanos a investigar), integrando-se nela como observador participante, obtendo os dados através de informadores qualificados, e contrastando-os com outras informações obtidas através de técnicas de observação (categorias "emic" e "etic", contrastações dos níveis de informação verbal e comportamental, etc.).

Do trabalho de campo derivam duas vias de análise: a) A análise comparativa dos dados entre os grupos para estabelecer se existem ou não diferenças entre eles; e b) A confirmação ou refutação das hipóteses sobre as variáveis que, na revisão teórica, foram objecto de estudo. Tanto a) como b) poderão ter o valor empírico de ser validadas por uma dupla exigência metodológica: a teórica e a aplicada. Pelo contrário, poderá suceder que, quer as variáveis quer as hipóteses se bem que demonstrando um certo valor explicativo nas análises estatísticas, na complexidade das relações sociais, careçam de validade em contextos da investigação.

3. Análise e projecção da investigação

Os resultados obtidos nesta primeira investigação, sejam eles quais forem, isto é, validem ou refutem as hipóteses iniciais, terão de ser comparados com outros estudos. Tais estudos, reproduzirão as características metodológicas do primeiro apenas modificando o seu local físico. Estudos em diversas áreas socio-económicas possibilitariam uma análise

comparativa entre zonas e grupos (análises inter e intra-grupos).

4. Síntese teórica

As conclusões resultantes da análise comparativa anterior, deverão orientar-se para a integração ou encadeamento nas teorias gerais da delinquência. Nesta última fase de síntese, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia, servirão como base para a formulação de teorias alternativas sobre o comportamento delincente.

Enquanto que a Fase 1 pretende, mediante a revisão teórica uma validação interna que oriente o seu desenvolvimento, apoiando-se nos diversos enfoques científicos sobre a delinquência, a Fase 2 supõe a aplicação prática dos objectivos da investigação pré-ficados na fase anterior. A terceira fase constituiria, por seu lado, uma validação externa, ao submeter-se ao critério da aplicabilidade científica. Finalmente, a Fase 4 tenta obter uma validade externa do modelo, neste caso teórica, encaminhada para uma síntese geradora de novos enfoques criminológicos.

Entendemos que o modelo proposto apresenta dificuldades quanto à sua aplicação, em função da sua amplitude. Todavia, o seu desenvolvimento poderia representar um importante passo na investigação criminológica.

A confirmação ou refutação das hipóteses gerais do estudo não é tão relevante em si, já que a importância do modelo radica no facto de, se as variáveis estudadas estatisticamente tratadas podem ser corroboradas na realidade ou se, pelo contrário, deverão associar-se novos elementos intervenientes no processo delinquential que não haviam sido tomados em conta previamente. Por um lado, ele é útil como instrumento mediador entre os estudos teóricos e a investigação aplicada. Se uns trazem a concepção metodológico-empírica, a outra proporciona uma fonte de dados fiáveis, observados na realidade quotidiana e complexa, onde diferentes factores que reforçam a manutenção dos processos delinquentiais podem ser explicados pelo próprio contexto em que se produzem. A expressão gráfica do modelo está patente na Figura 1.

Longe de uma proposta utópica, o modelo acima exposto está integrado num projecto em curso cuja primeira fase já foi realizada (Lopez Coira, 1986). O conteúdo deste trabalho incide no estudo de diferentes factores biográficos, socio-económicos e culturais de um grupo determinado de delinquentes e de outro retirado da população geral, sem antecedentes de delitos, pessoais ou familiares. Mais concretamente, este estudo centra-se sobre a estrutura familiar e as diferentes variáveis a ela associada (composição, tamanho, lares "desfeitos", etc.), que estão, por um lado, relacionadas com outros factores biográficos e económicos e, por outro, com a percepção que têm os sujeitos dos dois grupos acerca do clima familiar que impera no seio das suas respectivas famílias.

As fases seguintes que o modelo refere estão em vias de realização, destacando-se actualmente a localização dos grupos humanos (famílias com ou sem filhos delinquentes) nos seus contextos naturais, onde será realizado o trabalho de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indubitável que o estudo da delinquência deve muito

aos trabalhos pioneiros dos finais do século XIX e, mais concretamente, ao trabalho desenvolvido pela Escola de Antropologia Criminal que, com as suas polémicas propostas provocou uma forte reacção intelectual nos cientistas sociais. Durante muitos anos a Antropologia Criminal ficou apartada do domínio da delinquência, devido a carecer de uma metodologia empírica com a qual pudesse dar apoio a teorias já de si pouco plausíveis e de corroboração improvável.

Todavia, o desenvolvimento actual da Antropologia Social em Espanha permite-lhe uma incursão, a vários níveis, no mundo do delincente: nos processos de inserção social dos imigrantes nas grandes cidades (integração linguística, económica, de valores etc.); nas subculturas urbanas; nas redes de parentesco enquanto mecanismos de protecção perante o exterior; na estrutura familiar nos bairros marginais; nos comportamentos desviantes em ambientes ecologicamente deficitários; nos programas de investigação epidemiológica e no estudo das necessidades sanitárias em núcleos urbanos; nas toxicomanias e grupos de risco, no âmbito da Antropologia Aplicada, etc.. O traço comum que emerge dos estudos efectuados nestes vários níveis, é o de que não só a perspectiva antropológica aparece como necessária mas sobretudo concorre, com resultados altamente satisfatórios, para o conhecimento preconizado de fenómenos de grande complexidade e de difícil resolução quando apoiados em técnicas metodológicas pontuais. A partir do conhecimento das condições infraestruturais do meio físico e social dos grupos humanos, das redes de relação social e da problemática quotidiana e real dos indivíduos (sejam delinquentes ou não), poder-se-ão estabelecer programas de acção com elevadas possibilidades de êxito.

A interdisciplinaridade dos vários ramos do saber é um facto bem conhecido mas, infelizmente, muito raramente posta em prática. Somente um enfoque holístico poderá dar a conhecer e compreender melhor fenómenos tão incluíveis como a delinquência. As ciências sociais deverão dirigir os seus interesses e unir os seus esforços na convergência de um estudo sistemático e concordante do comportamento delincente. Neste sentido o propósito deste artigo não é outro senão o de mostrar a necessidade do enfoque antropológico — adaptado aos requisitos actuais de toda a investigação empírica — para uma melhor compreensão da delinquência como fenómeno social, oferecendo um modelo de investigação multidisciplinar que integra a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia.

REFERÊNCIAS

- Alcantud, F., Garrido, V., Bufort, V. & Rivas, F. (1983). Incidencia de la delincuencia en España sobre los datos oficiales. In F. Jimenez, F. Rivas, y J. Rodriguez, (Eds), *Violencia y marginación social* (379-395). Reunión Nac. de Intervención Psicológica. Murcia: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Murcia.
- Bloch, H. A. & Niederhoffer, A. (1958). *The gang: A study in adolescent behavior*. New York: Philosophical Library.
- Bordua, D.J. (1961). Delinquent subcultures: sociological interpretations of gang delinquency. *Ann. Am. Acad. of Polit. and Soc. Sci.* CCCXXXVIII, 119-136.
- Bordua, D.J. (1962). Some comments on theories of group delinquency. *Sociological Inquiry*, XXXII, 245-260.
- Cohen, A. (1955). *Delinquents boys: The culture of the gangs*. New York: Free Press.

- Fuster, P. (1979). Delincuencia de menores y variables personales: análisis factorial. *Revista de Psiquiatria y Psicología Médica*, 13, 349-371.
- Fuster, P. & Tomas, I. (1975). Factores familiares de la delincuencia juvenil. *Revista de Psiquiatria*, 3, 11-28.
- Garrido, V. (1982). El "fracaso" de la rehabilitación: un diagnóstico prematuro. *Rev. de Ps. Gen. y Aplic.*, 37, 904-942.
- Garrido, V. (1985). Del tratamiento clínico al tratamiento educativo. In M. Segura Morales, *Tratamiento en Delinquentes Juveniles* (11-86). Consejo Superior de Protección de Menores.
- Garrido, V. & Clemente, A. (1983). Personalidad criminal: El fin de una utopía. *Cuadernos de Política Criminal*, 21, 657-669.
- Goffman, E. (1972). *Internados. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales* (2ª edición). Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Jeffery, C.R. (1978). Criminology as an interdisciplinary behavioral science. *Criminology*, 16, 2, 144-169.
- Lopez Coira, M. M. (1986). *Estructura familiar y delincuencia*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid.
- Miller, W. (1958). Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, 3, 5-19.
- Miller, W. (1959). Implications of lower class culture for social work. *Social Service Review*, 33, 216-236.
- Mukerji, K. & Basu, M. (1980). *Assessment of delinquency*. N. Y.: Wiley.
- Myerhoff, H. L. & Myerhoff, B. G. (1982). Field observations of middle class "gangs". In R. Giallombardo (Ed.), *Juvenile Delinquency* (4ª Edition). New York: Wiley and Sons.
- Rahav, G. (1976). Family relations and delinquency in Israel. *Criminology: An Interdisciplinary J.*, 14, 259-270.
- Reuterman, N. A., Love, M. J. & Fiedler, F. (1973). A partial evaluation of Bloch and Niederhoffer's theory. *Criminology*, 10, 415-426.
- Robert, P. & Lascaumes, P. (1974). *Les bandes d'adolescents. Une théorie de la ségrégation* (2ème Edit). Paris: Les Editions Ouvrières.
- Singh & Sharma (1978). Disrupted father-son relationship and its relation to delinquent behavior. *Asian J. of Psychol. & Education*, 3, 16-20.
- Tunger-Tas, T. (1978). Some issues and problems in cross-cultural research in Criminology. *Meeting of the American Society of Criminology*. Dallas, Texas. Citado in V. Garrido y A. Clemente, 1983, 660.
- Whyte, W.F. (1971). *La sociedad de las esquinas*. Mexico: Edit. Diana (c.o. de 1943).

ABSTRACT

A MODEL OF MULTIDISCIPLINARY RESEARCH OF DELINQUENCY: APPLICATIONS OF SOCIAL ANTHROPOLOGY

The historical sequence of studies about Delinquency is characterized, among other things, by the wideness and variety of explicative views given to it. From the beginning of Criminology, where crime was evaluated from the legal point of view, to the last punctual analysis of delinquent behaviour, a great variety of sciences and investigations has inverted their efforts, both in explanation and in prevention of crime. The multiplicity of theories and views proved in the course of time, the scientific completeness of the findings obtained in each of them. It seems clear, then, that the analysis, evaluation and study of delinquency need to integrate knowledges from various scientific disciplines. The aim of this work is to show the necessity of an anthropological view — adapted to the present requirements of all empirical research —

in order to have a better understanding of Delinquency as a social phenomena, by giving a multidisciplinary model of investigation, which involves sciences such as Sociology, Anthropology and Psychology.

RÉSUMÉ

UN MODELE DE RECHERCHE MULTIDISCIPLINAIRE DANS L'ETUDE DE LA DELINQUANCE: APPORTS DE L'ANTHROPOLOGIE SOCIALE

Le devenir historique des études sur la délinquance se caractérise, entre autres, par l'amplitude et la variété des explica-

tions à ce sujet. Depuis les débuts de la Criminologie où s'évaluait le délit d'un point de vue legal, jusqu'aux derniers courants d'analyse des conduites délinquantes, une grande diversité de sciences et d'investigations adhérent à ceux-ci, ont orienté leurs efforts, tant dans l'explication que dans la prévention du délit. La multiplicité des théories et orientations a démontré au cours du temps, la complémentarité scientifique des données obtenues par chacune d'elles. Il en résulte donc que l'analyse, l'évaluation et l'étude de la délinquance doit intégrer les connaissances provenant de diverses disciplines scientifiques. Le propos du présent travail n'est autre que de montrer la nécessité d'une recherche anthropologique — adaptée à la demande actuelle de toute investigation empirique — pour une meilleure compréhension de la délinquance comme phénomène social, offrant un modèle d'investigation multidisciplinaire qui intègre des sciences comme la Sociologie, l'Anthropologie et la Psychologie.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- American Psychologist, vol. 47, nºs 7, 8, 9 e 10, 1992.
- Apuntes de educación, nº 3, 1992.
- Armand Touati - Créativités. Conditions, processus, impacts. Hommes et Perspectives/Le Journal des Psychologues. Marseille, 1992.
- Boletim do Instituto de Apoio à Criança, nº 9, 1992.
- Cadernos de Consulta Psicológica, nº 7, 1991.
- Didakometry and Sociometry, 24, 1-2, 1992.
- Fontes Unesco, nºs 40 e 41, 1992.
- Hospitalidade, Ano 56, nº 220, 1992.
- Imaginar, nº 13 (Set-Out), 1992.
- Informació Psicològica, nº 49, 1992.
- International Psychologist, vol. XXXIII, nº 3, 1992.
- La educación - Revista Interamericana de Desarrollo educativo, nº 108-110, 1991, ano XXXV.
- Le Journal des Psychologues, nºs 99, 100, 101 e 102, 1992.
- O Médico, nºs 2072 a 2074, vol. 126, ano 43, 1992.
- Papeles del Psicólogo, nº 53, 1992.
- Psychologie Europe — Science et profession, vol. II, nº 1, 1992.
- Revista de Psicologia. Universitäts Terraconensis, vol. XIV, nº 1, 1992.
- Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XXVI-II, 1992.
- Salud Mental, Ano 15, nºs 2 e 3, 1992.
- The Psychologist, vol 5, nºs 8, 9, 10 e 11, 1992.

FREUD E PIAGET Afectividade e Inteligência

José H. Barros de Oliveira

Piaget foi o primeiro a confrontar a sua teoria com a de Freud, abordando principalmente a relação entre cognição e a emoção. Na sequência desta aproximação, outros autores procuraram fazer convergir o pensamento destes dois grandes expoentes da Psicologia. Esta obra dá conta das tentativas realizadas nesse sentido.

116 pags, 21x15 cm, com um prefácio do Prof. Óscar Gonçalves
Pedidos a: Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO,
juntando cheque ou vale no valor de 600\$00 (porte incluído)

OPINIÃO

Por CARLOS FERREIRA DE
CARVALHO (*)

Com o fim do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) voltam à actualidade as questões do apoio às Escolas do 1º Ciclo e muito especialmente sobre o apoio do psicólogo a estas Escolas. O 1º Ciclo teve pela primeira vez a presença de profissionais de psicologia que, ao longo de cinco anos, apoiaram as Escolas, os Professores, as crianças, os Pais. Hoje, com o fim do Programa e sem que tenham sido criadas alternativas, vêem-se privadas daquele apoio.

Quanto ao 3º Ciclo e Ensino Secundário vai manter-se a situação de *experiência pedagógica* já que pelo Desp. nº 118/ME/84 de 26 de Junho (Diário da República, II Série, nº 160, de 12 de Julho) foram criados os Núcleos de Orientação Escolar e Profissional nas Faculdades de Psicologia de Lisboa, Porto e Coimbra e esta experiência de 10 anos tem sido sucessivamente prorrogada. E o 2º Ciclo? Se nunca o teve, vai continuar sem ele!

Defendemos (Carvalho, 1988) já que os psicólogos em actividade no PIPSE deviam de imediato pôr em funcionamento um Serviço de Psicologia para o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Com o decorrer das nossas actividades, cada vez mais fomos defendendo a ideia de que a actuação do psicólogo deve ser preferencialmente dirigida à formação de professores e a actividades de desenvolvimento comunitário reforçando a ligação escola-pais e escola-comunidade. É que cada vez mais a intervenção e prática psicológica se situam na articulação do psíquico com o social. "As linhas programáticas" (cf. Abreu & Leitão, 1987) que norteiam a actuação destes psicólogos explicitam que a sua intervenção se realiza a quatro níveis: Equipa de animação Concelhia/Núcleo de Apoio Pedagógico; professores; pais/comunidade; crianças.

O PSICÓLOGO NA ESCOLA (1º CICLO DO ENSINO BÁSICO)

Todos os documentos orientadores do Programa dão especial realce às actividades comunitárias (ME/PIPSE, 1987b) dizendo mesmo que "só com a ajuda das famílias se pode conseguir o sucesso escolar dos alunos" (ME/PIPSE, 1987a, p. 3) e estabelece que "devem ser promovidas acções comunitárias, visando objectivos de formação" p. 4). O mesmo se passava com as orientações da "componente 5" — actuação do Técnico de Serviço Social (TSS) — (cf., ME/PIPSE, 1987c e MESS/SESS-DGSS, 1988).

Naregamentação do art. 26º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro) o Governo publica o Dec.-Lei nº 190/91 de 17 de Maio que cria os Serviços de Psicologia e Orientação. A criação destes Serviços havia já sido proposta pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988) que na sua *Proposta Global de Reforma — Programa E2: Orientação Educativa* preconizava já a criação da Carreira de Psicólogo: "(...) a criação dos Serviços de Psicologia e Orientação constitui um factor de inovação que contribuirá decisivamente (...) para a aproximação entre a família, a Escola e o mundo de actividades profissionais, melhorando a rede de relações recíprocas indispensáveis ao desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário" (Dec.-Lei nº 190/91 de 17/5, Preâmbulo). A Lei de Bases estipula no seu art. 26º: "o apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação (...) bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar (...)".

Fazendo uma análise da legislação que vem regulamentar a Lei de Bases verificamos que gradualmente se dão "passos de gigante" na adopção de uma perspectiva médico/clínica e meramente remediativa para os Serviços de Psicologia. No seu articulado, o Dec.-Lei nº 190/91 parece esquecer a orientação anterior e, acaba por nele ter maior relevo uma perspectiva clínica e/ou psicométrica. O art. 3º estabelece os objectivos dos Serviços, aí se dedicam sete alíneas a atribuições de natureza clínica e apenas uma (c) a atribuições no âmbito

comunitário — "prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores e pais Mesmo assim a perspectiva adoptada é meramente clínica. Se vimos as competências atribuídas aos Serviços verificamos igualmente um peso excessivo de competências clínicas em prejuízo da perspectiva ecológica e ambiental. Apesar disso o art. 6º, nº 1, prevê os seguintes domínios de actuação: "apoio psicopedagógico a alunos e professores" e "apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar". Para o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário prevê ainda a "orientação escolar e profissional" (art. 6º, nº 2). Já no seu Preâmbulo diz que "pelo carácter globalizante da educação pré-escolar e do 1º e 2º ciclos do ensino básico configurou-se um modelo de intervenção predominantemente psicopedagógico, enquanto que no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário a intervenção dos serviços inclui a vertente de orientação". Ao nível do apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa, compete aos Serviços a colaboração e a articulação com a administração da Escola e outros Serviços especializados. Prevê-se contudo o "colaborar em todas as acções comunitárias ..." (nº 4b). Finalmente e apenas para a "Educação Pré-escolar os 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, desenvolver acções de informação e sensibilização dos pais e encarregados de educação e da comunidade em geral ..." (h).

Ana lisemos o *Projecto de Dec.-Lei que cria a Carreira de Psicólogo no Ministério da Educação* que termina a regulamentação do art. 26º da Lei de Bases do Sistema Educativo e do próprio Dec.-Lei nº 190/91, de 17 de Maio (art. 14º, nº 2). Qual o perfil de psicólogo preconizado? Que funções lhe incumbem?

No art. 2º prevê-se ao longo de oito alíneas que compete ao psicólogo: avaliação/exame psicológico; apoio ao Ensino Especial; organizar programas individuais de aprendizagem ("plano educativo individual"); desenvolvimento psicológico e vocacional; apoio psicológico; e formação de professores.

(*) Psicólogo, PIPSE (Anadia)

Compete-lhe ainda: "conceber, implementar e coordenar acções destinadas à valorização de uma interacção positiva na sala de aula e prover o desenvolvimento no contexto escolar e com o tecido social e económico envolvente" (art. 2º, d) e "colaborar no levantamento de necessidades da comunidade educativa com o fim de propor a implementação de acções e medidas educativas adequadas" (f).

Pensamos que aos poucos os Serviços e os seus profissionais são empurrados a passo de corrida para uma perspectiva médica/clínica e remediativa. Só muito dificilmente o profissional terá possibilidade e tempo para trabalhar na prevenção e não na remediação.

Creemos com Coimbra (1991) que com o Dec.-Lei nº 190/91 se impede a implementação de um "modelo desenvolvimentista e interaccionista" dos Serviços e da actividade dos psicólogos que neles desenvolverão a sua actividade profissional, levando à implementação de Serviços com "uma concepção arcaica de intervenção" psicológica. Tal como Campos (1990), afirmamos que as actividades com carácter essencialmente remediativo são insuficientes e limitativas.

Para completar a panorâmica traçada vejamos o que estabelece o Dec.-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto (Necessidades Educativas Especiais). Se bem que aí se dêem passos que reputamos de fundamentais nos conceitos de "ensino especial" e "necessidades educativas especiais" vistos agora numa perspectiva pedagógica ou mesmo psicopedagógica e não "exclusivamente (...) segundo um critério médico" (cf. of. circular nº 673 de 6/12/91 da DREC, in Direcção Escolar de Aveiro, 1992). Vem este Dec.-Lei atribuir aos Serviços de Psicologia e seus psicólogos funções de avaliação psicológica acrescidas (cf. art. 12º, 14º, nº 2 e 22º, nº 2). Por sua vez, o Desp. 173/ME/91 de 3 de Outubro vem reforçar ainda mais esta orientação (cf. nº 9 e 13) e o novo Despacho da avaliação em nada modifica a situação.

Mais uma vez são cometidas ao psicólogo e aos Serviços de Psicologia tarefas burocráticas numa perspectiva meramente psicométrica. Que lugar para a prevenção e intervenção comunitária?

Têm os psicólogos sido bem claros quanto a esta questão. E, muitos dos pareceres emitidos sobre a criação dos Serviços e a Carreira têm-se pronun-

ciado claramente contra esta perspectiva reducionista e ultrapassada da actividade do psicólogo. O cumprimento do art. 26º da Lei de Bases implica privilegiar o "desenvolvimento dos alunos" e as "redes de relações da comunidade escolar" isto "pressupõe uma perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, uma vez que os indivíduos se desenvolvem nas múltiplas interacções que lhes são proporcionadas nos diferentes contextos por onde passam. A intervenção dos psicólogos visa assim criar interacções de qualidade nesses múltiplos contextos de vida. No exercício da sua actividade profissional o psicólogo aborda diferentes problemáticas — educacionais, clínicas, vocacionais, sociais — que são, na prática, inseparáveis, existindo a necessidade de, ao nível da intervenção, se socorrer de diferentes áreas disciplinares, diferentes correntes e modelos, diferentes estratégias e métodos" (Psicólogos Conselheiros de Orientação Escolar e Vocacional, 1990). Também na *Declaração de voto ao Parecer* do Conselho Nacional de Educação (1990) Abreu diz: "falta a denúncia explícita de uma concepção limitadora e ultrapassada da prática psicológica no contexto escolar ... e a crítica de uma concepção da prática psicológica centrada, de forma quase exclusiva ou predominante, sobre o indivíduo (...) em vez de se alargar à rede de interacções que ocorrem entre o indivíduo e o seu espaço de vida".

Será possível, com o perfil de Serviços de Psicologia delineado, cumprir o disposto na Lei de Bases como definição do Sistema Educativo: "o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade (...)" (art. 1º, nº 2)? Será possível com estes Serviços de Psicologia apoiar um Sistema Educativo que visa contribuir "para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos" (art. 2º, nº 4)? Como conciliar este modelo e paradigma de intervenção psicológica no Sistema e nas Escolas, com a organização prevista na Lei de Bases para o próprio Sistema?

Não percamos de vista que: "O sistema educativo se organiza de forma a: (...) f) contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de

ocupações sociais úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres"; e g) (...) de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário" (art. 3º, alíneas f e g).

Em nossa opinião NÃO! O modelo da consulta psicológica e a atenção privilegiada à prevenção e intervenção no desenvolvimento comunitário permitem muito mais eficazmente apoiar o 1º Ciclo e prevenir/combatere o insucesso escolar pela promoção do sucesso.

Os Serviços de Psicologia que se perspectivam, e o Governo quer (?) implementar afastam-se muito do que se deseja para um Serviço realmente útil e moderno, que responda às necessidades das Escolas, dos professores, dos alunos e dos pais. O modelo que se perspectiva é uma baixa na qualidade do serviço já prestado e no desempenho dos profissionais que neles serão integrados.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. V. & Leitão, L. M. (1987). *Linhas programáticas da actuação dos psicólogos no contexto de equipas de animação*. Lisboa: ME/PIPSE.
- Campos, B. P. (1990). Os psicólogos e as escolas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXIV, 143-160.
- Carvalho, C. F. (1988). *A intervenção dos psicólogos no programa promoção do sucesso educativo*. Comunicação ao Seminário: "O Psicólogo no Sistema Educativo: áreas de intervenção". Coimbra, 28 de Julho (org. APPORT).
- Carvalho, C. F. & Petronilho, G. (1992). *Desenvolvimento comunitário no 1º Ciclo do Ensino Básico — relato de uma experiência* (no prelo).
- Coimbra, J. L. (1991). Serviços de psicologia e orientação ou regresso a um passado que nunca existiu. *Correio Pedagógico*, 53, 1 e 6-7.
- Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988). *Proposta global de reforma. Relatório final*. Lisboa: ME/GEP.
- Conselho Nacional de Educação (1990). *Parecer nº 3190 — Serviços de orientação e de psicologia educacional*. D. R. nº 205, II Série, de 5/9/90.
- Decreto-Lei nº 190/91 de 17 de Maio. Cria os Serviços de Psicologia e Orientação.
- Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto. Sobre necessidades educativas espe-

ciais.

Despacho 173/ME/91 de 10 de Setembro. (D. R., nº 244, II Série, de 23/10/91).

Despacho 162/ME/91 de 9 de Setembro (D. R., nº 244, II Série, de 23/10/91).

Direcção Escolar de Aveiro (1992). *Circular nº 5 de 5/11/1992*.

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ministério da Educação/PIPSE (1987 a). *Linhas orientadoras para a coordenação concelhia*. Lisboa: ME/PIPSE

(policopiado).

Ministério da Educação/PIPSE (1987 b). *Estrutura de suporte ao programa de promoção do sucesso educativo*. Lisboa: ME/PIPSE (policopiado).

Ministério da Educação/PIPSE (1987 c). *Linhas orientadoras — componente 5 — apoio à família/equipa de apoio à família*. Lisboa: ME/PIPSE (policopiado).

Ministério da Educação/SERE (1991). *Projecto de Dec.-Lei que cria a carreira de psicólogo*. Lisboa: ME (policopiado).

ado).

Ministério do Emprego e Segurança Social/SESS-DGSS (1988). *Programa de promoção do sucesso educativo — intervenção da segurança social*. Lisboa: MESS (policopiado).

Psicólogos Conselheiros de Orientação Escolar e Vocacional (1990). *Parecer dos psicólogos que trabalham em escolas secundárias sobre o projecto da Reforma Educativa que visa a criação dos serviços de psicologia* (policopiado).

ÍNDICE DOS ARTIGOS PUBLICADOS

1992 — VOLUME 10

NÚMERO 1

• A INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PRISÕES E DA DELINQUÊNCIA EM PORTUGAL: PAPEL E CONTRIBUTO DA PSICOLOGIA — Rui Abrunhosa Gonçalves

• DEPRESSÃO PÓS-PARTO E INTERACÇÃO PRECOCE — Bárbara Figueiredo, Mª Emilia Areias, Amílcar R. Augusto, José M. Calheiros e Eurico Figueiredo

• SISTEMA PROJECTOS: ORIENTAÇÃO VOCACIONAL APOIADA POR COMPUTADOR — Maria do Céu Taveira

• DROGA E SIDA: QUAL A RELAÇÃO — Marina Prista Guerra

NÚMERO 2

• DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERCEPÇÃO DE PROFUNDIDADE EM REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS — Jorge Almeida Santos, Artur Mesquita e Rui Antunes

• AUTOPERCEPÇÃO DE CRIATIVIDADE NOS PROFESSORES E OUTRAS VARIÁVEIS DE PERSONALIDADE — José Barros, Félix Neto e António Barros

• DETERMINANTES PSICOLÓGICOS DOS CONFLITOS BÉLICOS — A. Egidio Portela, J. Regueiro Muniz e J. Marquez Aguiñe

• O DESENHO DAS 3 ÁRVORES — Francisco de Castro Carneiro

• ENTREVISTA COM BERNARD DOUET

• DA INTERVENÇÃO CLÍNICA AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL — RESPONSABILIDADES DOS

PSICÓLOGOS NO PRESENTE E NO FUTURO — René Clément e João Banos

NÚMERO 3

• AS MULHERES E A QUALIDADE DE VIDA URBANA — Arza Churchman

• MEDIDAS DE CATEGORIZAÇÃO: FREQUÊNCIA DE PRODUÇÃO E DE TIPICIDADE — Amâncio da Costa Pinto

• AUTO-EFICÁCIA E ANSIEDADE: APLICAÇÕES NA CONSULTA PSICOLÓGICA — Conceição Nogueira e Artur Pedrosa Mesquita

• UM MODELO DE ESTRUTURA COGNITIVA: ESTUDO EXPERIMENTAL DE VALIDAÇÃO — Teresa Freire, Leonor Lencastre e Duarte Costa Pereira

NÚMERO 4

• ACTIVIDADE ELECTRODÉRMICA E PSICOLOGIA: BASES FISIOLÓGICAS E APLICAÇÕES — Henrique Sequeira-Martinho

• PERSONALIDADE E SENSIBILIDADE AO PRÉMIO EM CRIANÇAS: UM TESTE DA HIPÓTESE DE NEWMAN — António Castro Fonseca

• UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NO ESTUDO DA DELINQUÊNCIA. CONTRIBUTO DA ANTROPOLOGIA SOCIAL — Miguel Maria Lopez-Coira

• O PSICÓLOGO NA ESCOLA (1º CICLO DO ENSINO BÁSICO) — Carlos Ferreira de Carvalho

REUNIÕES CIENTÍFICAS

PROFESSORES NAS PRISÕES

Com assinalável êxito e sobretudo ampla repercussão e apoio na comunidade local, decorreu nos passados dias 11 e 12 de Junho em Paços de Ferreira, os II Encontro de Professores dos Estabelecimentos Prisionais.

As comunicações deste Encontro foram englobadas sob a temática "A Reinserção passa pela Educação", procurando-se assim não só reeditar questões abordadas no I Encontro (Coimbra, 1990), como também suscitar outras e aprofundar os problemas decorrentes do contacto Prisão-Escola. Para além das intervenções de oradores ligados mais directamente ao sistema prisional (e.g. Hernâni Vieira, Otilia Gralha) ou ao sistema escolar (e.g., Carlinda Leite, José Luis Fernandes), esta reunião contou ainda com o concurso de Vicent Theis, director do Centre Pénitentiaire Agricole de Givenich (Luxemburgo), que transmitiu a experiência do seu país no domínio da educação e gestão em meio prisional, e da Dr^a Pilar Tigero, Chefe dos Serviços de Educação e Desporto do Ministério da Justiça de Espanha.

O grosso das comunicações esteve, porém, a cargo das várias equipas de professores que leccionam em estabelecimentos prisionais do país (Tires, Custóias, Coimbra, Sintra, Paços de Ferreira), que assim deram a conhecer os vários projectos em que estão envolvidos e o esforço, trabalho, dedicação devotados e os resultados que têm obtido.

O Encontro terminou com um lanche/convívio seguido de um espectáculo a cargo dos reclusos que frequentam a escola no E. P. de Paços de Ferreira, que não enjeitaram assim a hipótese de participar de forma activa numa realização de que eram afinal os actores privilegiados. De salientar que este convívio final decorreu entre os muros de Paços de Ferreira, provando assim que a ligação comunidade-prisão é, cada vez mais, uma realidade.

Uma palavra final de felicitação à excelente organização deste Encontro, a provar que não é só nas grandes cidades que as reuniões científicas têm êxito.

Rui Abrunhosa Gonçalves

REPENSAR A DELINQUÊNCIA

Decorreu nos dias 9 a 11 de Julho, nas instalações da Universidade do Minho em Braga, o Congresso "Repensar a Delinquência", organizado pela Associação dos Psicólogos Portugueses e, mais concretamente, pela sua Divisão de Psicologia, Acção Social e Justiça.

Tendo em conta o propósito dos organizadores isto é dar a conhecer o que se anda a fazer em Portugal no domínio da investigação e intervenção sobre o fenómeno da delinquência, parece evidente que tal objectivo foi alcançado, não só pelo considerável número de comunicações apresentadas, como também pelas vertentes abordadas e pelo número de profissionais/participantes envolvidos. De facto, e se tivermos em conta que se tratava sobretudo de um congresso nacional — já que a presença de convidados estrangeiros foi, propositadamente, pontual — as mais de quatro dezenas de comunicações, repartidas por conferências principais ou englobadas em simpósios, atestam bem a adesão grangeada.

Outro dos aspectos importantes, que esta reunião científica trouxe à luz, foi o facto de poder congregar nos espaços acolhedores da Universidade do Minho e da cidade de Braga, elementos de várias filiações profissionais (psicólogos, juristas, técnicos de serviço social, sociólogos, professores, médicos, ...) e institucionais (Direcção Geral dos Serviços Prisionais, Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores, Instituto de Reinserção Social, Centro de Estudos Judiciários, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate Contra a Droga, Instituições Universitárias, Tribunais, ...) que assim tiveram oportunidade de trocar impressões entre si, num terreno que foi propício ao intercâmbio de ideias e projectos.

Importa também realçar o aval dado pelas instituições e forças sociais da cidade de Braga (Arcebispado, Câmara Municipal, Governo Civil e Universidade) e, a um mais alto nível, pela Dr^a Maria de Jesus Barroso Soares, que na sua qualidade de Presidente do Instituto para a Emergência Infantil, presidiu à sessão de abertura do Con-

gresso e, sobretudo, pelo Ministro da Justiça, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que encerrou os trabalhos proferindo uma importante conferência intitulada "Delinquência, as Pessoas e as Leis".

As temáticas abordadas ao longo do programa científico do Congresso foram várias: Menores em Risco; As Relações entre a Psicologia, a Delinquência e a Justiça; A Toxicodependência e a Delinquência; O Tratamento Penitenciário; a Reinserção Social; A Saúde Mental e a Delinquência; A problemática em torno da Vitimologia; A Prevenção, entre outras.

Na diversidade havida, seria todavia injusto não salientar dois momentos altos do programa que constituíram os simpósios "Ficção e Delinquência" e "A Prisão: Actores, Público e Representações Sociais". No primeiro, entrevistaram Artur Varatojo, Dinis Machado e Mário Zambujal, que sob a profícua moderação de Anabela Ribeiro, proporcionaram elevados momentos de interesse e simultaneamente reflexão, ao falarem não tanto da "delinquência científica" mas sobretudo da sua dimensão mais real e humana. No segundo caso, assistiu-se a algo de inédito no panorama da Justiça em Portugal. Cinco directores de Estabelecimentos Prisionais de formações académicas diferentes (Direito, Gestão, História, Psicologia e Serviço Social) foram confrontados com um filme e um inquérito de rua sobre as prisões e os seus directores. De seguida era a abertura ao diálogo com a audiência, moderado por um juiz do Tribunal de Execução de Penas. Talvez mais espectacular e perturbador do que enriquecedor do ponto de vista científico, este foi sem dúvida um dos momentos mais altos do Congresso, sobretudo pela frontalidade com que as questões foram abordadas por parte dos intervenientes no simpósio.

No conjunto dos Painéis de Conferências seria injusto não destacar a presença de José Basabe Barcala, René Clément e David Farrington — acontecimentos de última hora impediram a vinda de Robert Hare — que apresentaram interessantes comunicações que serviram de contraponto estimulante ao que por cá se faz.

Não nos alongaremos mais sobre as virtudes do programa científico pois cremos que os mais de trezentos participantes que até ao fim permaneceram no complexo de Gualtar testemunham bem

o interesse suscitado por este Congresso, restando pois felicitar a sua Comissão Organizadora e o seu Secretariado, que não se pouparam a esforços para que tudo corresse pelo melhor. Finalmente é

de louvar mais esta iniciativa da Associação dos Psicólogos Portugueses que, tal como outras, ficará no seu palmarés de pioneirismo da Psicologia Portuguesa.

NOTÍCIAS DE PUBLICAÇÕES

PSICOLOGIA E JUSTIÇA

Foi lançado em Julho deste ano, aquando da realização do Congresso "Repensar a Delinquência", o livro Psicologia e Intervenção Social de Justiça, da responsabilidade da Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT), tendo a coordenação editorial ficado a cargo de João Barroso e Rui Abrunhosa Gonçalves.

Trata-se do sétimo título surgido na colecção "Temas de Psicologia" e, a exemplo de anteriores, reúne em livro um conjunto de contribuições produzidas por ocasião de congressos ou seminários de iniciativa da APPORT, ou ainda textos produzidos propositadamente para o volume em causa. Para além de autores nacionais, o livro conta ainda com a contribuição de especialistas estrangeiros — facto igualmente comum em obras anteriores desta colecção — que permitem que, de certa forma, as problemáticas abordadas possam ser alvo de um olhar enriquecedor, porque fundado em realidades sociais e culturais diferentes das nossas mas todavia complementares.

Atendendo à parca existência de livros que abordem esta temática no âmbito da Psicologia em Portugal, transcrevemos a seguir o índice dos capítulos para uma melhor informação dos eventuais interessados: Psicologia da Justiça ou Psicologias da Justiça? - *João Barroso e Rui Abrunhosa Gonçalves*; A Intervenção do psicólogo na área da psicologia do comportamento desviante: Algumas reflexões preliminares - *Jorge Negreiros de Carvalho*; Maltraitance et dysparenlalité. Approche pluridisciplinaire de la protection de l'enfance - *René Clément*; Maus tratos de menores: Do senso comum ao discurso normativo

- *Ana Cristina Martins e Maria Alexandra Fonseca*; The social fabric of rape - *David Stevens*; A sida e os comportamentos desviantes - *Marina P. Guerra*; O tratamento do toxicodependente delinquent: Entre a medicina, a psicologia e a lei - *João Barroso*; A psicologia na prisão: O trabalho de Sísifo - *Rui Abrunhosa Gonçalves e Hernâni de Castro Vieira*; Reclusos y guardianes: La prision como contexto - *Miguel M. Lopez-Coira*; Breve enquadramento do Instituto de Reinserção Social - *Maria Fernanda Farinha Lopes*; O técnico de reinserção social como agente de comunicação entre o tribunal e as partes - *Maria Amélia Vera Jardim*; Interdisciplinaridade e trabalho de equipa - *Alberto Pimentel*.

A aquisição deste livro poderá ser feita através de pedido para a APPORT, apartado 392, 4703 BRAGA Codex (Preços: Associados — 1.000\$00; Não-associados — 1.500\$00).

SOLIDÃO, EMBARAÇO E AMOR

Félix Neto acaba de lançar à estampa um livro com o sugestivo título "Solidão, Embarço e Amor". Trata-se de uma edição do Centro de Psicologia Social (F.P.C.E. - U.P.), de que o autor é Director. O livro leva-nos através da investigação e compreensão destas três dimensões emocionais. A par de uma revisão teórica sobre a sua importância, o autor apresenta ainda a validação psicométrica de três escalas para avaliar estas emoções. Fica pois em aberto mais uma interessante linha de investigação na Psicologia Portuguesa na senda de outras a que F. Neto nos habituou.

MEMÓRIA HUMANA

Amâncio da Costa Pinto é o autor de "Temas de Memória Humana", livro com a chancela da Fundação Eng^a António de Almeida e que reúne textos dispersos e já publicados do autor sobre esta temática, a par de outros até agora desconhecidos do grande público.

Para todos aqueles que se interessam e investigam sobre memória humana, o livro representa um importante contributo, de alcance teórico e prático, em torno de um tema que não tem recebido, desafortunadamente, a atenção que merece por parte da Psicologia em Portugal.

PSICOLOGIA MILITAR

Editado o número especial da Revista de Psicologia Militar que reproduz a generalidade das comunicações havidas no I Encontro Luso-Espanhol/II Encontro Nacional de Psicologia Militar, realizado em Oeiras em Maio do ano passado. Mais de cinco dezenas de textos, nacionais e espanhóis, compõem este volume distribuídos pelas seguintes secções: Organização de serviços de psicologia; O sujeito e a organização: análise e desenvolvimento; Recrutamento, selecção e formação; Avaliação psicológica; Stress: conceptualização e intervenção; e Toxicodependências: avaliação, prevenção e tratamento.

Num país em que as revistas de Psicologia Geral parecem ser excedentárias, temos aqui um exemplo claro de um caminho a seguir. Edição do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, Avenida Berna, 26-3^a, 1000 LISBOA.

VÁRIA

TRÁFEGO RODOVIÁRIO

O Laboratório de Psicologia da Universidade do Minho, em colaboração com a Direcção-Geral de Viação, vai organizar um Seminário Internacional sobre "Factores Humanos no Tráfego Rodoviário", a decorrer na cidade de Braga, nos dias 5 e 6 de Abril de 1993 (v. Calendário). As comunicações incidirão entre outros, nos seguintes temas: a) exigências perceptivas (atenção e processamento perceptivo) da condução, b) avaliação do tempo-de-colisão e tempo de intersecção, c) risk taking, d) aspectos psicossociais da condução, e) avaliação e selecção, f) treino/aprendizagem e g) prevenção rodoviária. O programa científico incluirá conferências por investigadores convidados e simpósios temáticos. Estão confirmadas as presenças de Adelino Duarte Gomes (FPCE-UC), Anthony S. R. Manstead (Univ. Manchester); Catherine Berthelon (Institut National de Recherche sur les Transports et leur Sécurité, Provence, France); Jan Theeuwes (TNO Defence Research, Soesterberg, The Netherlands); John Groeger (MRC Applied Psychology Unit, Cambridge); José Miguez (FPCE-UP); Ray G. C. Fuller (Univ. Dublin, Ireland); Willem A. Wagenaar (Leiden University, The Netherlands).

A SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICOLOGIA NA UNIÃO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA CIENTÍFICA

No âmbito do 25º Congresso Internacional de Psicologia (Bruxelas, Julho de 1992), decorreu a Assembleia Geral da União Internacional de Psicologia Científica (IUPS) onde foi deliberado admitir a Sociedade Portuguesa de Psicologia como membro. A.I.U.P.S. é, a par com o International Council of Psychologists, uma das associações que, a nível mundial, congrega um dos

maiores contingentes de psicólogos, pelo que é com particular agrado que vemos a entrada de uma representação nacional nesta prestigiada Associação.

PRÉMIO DE RECONHECIMENTO APPORT 92

Durante o Congresso "Repensar a Delinquência" foi entregue ao Ministro da Justiça, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio o "Prémio de Reconhecimento da APPORT/92" pelo alto mérito deste magistrado, pelo apoio sempre dado às iniciativas APPORT e pelos seus contributos ao desenvolvimento e ao reconhecimento público da Psicologia enquanto área de saber e enquanto um condimento necessário à prática no campo da Justiça.

LE JOURNAL DES PSYCHOLOGUES EM ANIVERSÁRIO

Não só em Portugal mas também noutros países houve "aniversários" da Psicologia neste ano que agora finda. Assim é que, em França, o nosso congénere "Le Journal des Psychologues" acaba de festejar o seu, também 10º aniversário. A assinalar este evento safu em Setembro um número, de certa forma retrospectivo, onde são publicados extractos de entrevistas com importantes personalidades da Psicologia que por mais de uma vez passaram já pelas páginas desta publicação (R. Zazzo, D. Anzieu, R. Kaës, P. Wartlawick, C. Rogers, P. Fraisse, R. Feurstein, F. Dolto, M. Pagès, J. Bergeret e M. Mannoni).

A título de curiosidade, registre-se ainda que num conjunto de mais de mil assinaturas de personalidades que de uma forma ou de outra contribuíram para o desenvolvimento da Revista ao longo deste decénio, aparece a referência a Pedro Pinho, ex-director do Jornal de Psicologia e que aí colaborou em 1986

com um texto sobre o estado da Psicologia em Portugal que nesse ano (1986), celebrava o seu décimo aniversário enquanto instituição académica formalmente reconhecida. Também de assinalar a menção a Leandro Almeida, actual presidente da APPORT e igualmente ex-director do J.P. bem como à nossa colaboradora Natália Ramos. Para o "Journal des Psychologues" aqui vão pois os nossos sinceros parabéns.

CONVENÇÃO APPORT/92

Decorre no mês de Dezembro (v. Calendário) a Convenção Anual de 1992 da Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT).

Destacam-se como objectivos desta reunião: apresentar os avanços mais significativos na investigação e na prática dos Psicólogos; perspectivar as mudanças na formação e na intervenção dos Psicólogos para os próximos anos; enfatizar as contribuições dos Psicólogos para a resolução dos problemas sociais e promoção da qualidade de vida das populações; analisar o impacto da integração Europeia na prática psicológica e aumentar o intercâmbio com psicólogos da Comunidade; promover a unidade e a melhoria técnica dos Psicólogos Portugueses, havendo ainda lugar à realização da Assembleia Geral na tarde de dia 20.

De salientar a presença dos Drs. Adolfo H. Gordillo (Presidente do Colégio Oficial de Psicólogos de Espanha) que falará sobre "A Prática da Psicologia em Espanha" e Yve Poortinga (Presidente da Federação Europeia das Associações dos Profissionais de Psicologia) cuja conferência versará sobre "A Organização da Prática Psicológica na Comunidade Europeia". Estas duas presenças darão assim o necessário cunho de contraste socio-profissional com a prática da Psicologia além-fronteiras, neste encontro da Associação mais representativa dos psicólogos em Portugal.

EDITORIAL (Cont.)

e os seus profissionais que as Revistas existentes pugnassem por maior rigor científico e formal, busca de actualização dos seus conteúdos e, sobretudo, dessem a conhecer o que fazem os "nossos" psicólogos, académicos ou não. É triste verificar, por exemplo, que há colegas que chegam ao doutoramento sem terem um artigo publicado numa revista da especialidade em Portugal. Porquê? Não sabem, não são capazes ou não querem? Não sei. O que sei é que se perdeu uma boa oportunidade para falar disso neste último Outubro em Lisboa. Também já lhes digo a audiência era quase tanta como os elementos da mesa (quatro).

De tudo isto só posso concluir uma coisa: o moral das tropas está bastante por baixo.

Rui Abrunhosa Gonçalves

ESCLARECIMENTO

Os leitores habituais e os assinantes do Jornal de Psicologia poderão estranhar o facto deste nº4/92 sair só agora, em Dezembro, quando seria suposto que estive nos escaparates em Outubro último.

Este atraso tem uma explicação que, por insólita que pareça, merece contudo ser apresentada, quanto mais não seja pelo respeito que nos merecem aqueles que ao longo destes anos têm manifestado sempre o seu apoio a esta publicação.

De facto, tudo se conjugava para que o nº 4 do Jornal de Psicologia estivesse nas mãos dos seus leitores em finais de Outubro ou pelo menos no princípio de Novembro. Só que as diskettes em que estava a ser composto este número do JP foram furtadas do local em que eram habitualmente guardadas nas instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde por autorização superior e protocolo existente, o Jornal de Psicologia tem a sua sede.

Com este evento foi necessário proceder a uma nova composição e formatação de artigos e secções já que para além do material que compunha o essencial deste número desapareceram "pastas de arquivos" cuja replicação se tornou bastante morosa.

Portanto, as nossas desculpas e a certeza de que tal não voltará a suceder no futuro. Consoletos apenas a ideia de que há um leitor que gosta tanto do Jornal de Psicologia que queria este número só para ele. Pois bem, enganou-se!

EDIÇÕES

JORNAL DE PSICOLOGIA

1982-1992: DEZ ANOS DE PUBLICAÇÕES

1. Teorias da Inteligência (1ª ed.)
Leandro S. Almeida
2. Guia de Cursos e Profissões
José M. Castro, Maria do Céu Taveira e Pedro Braga Pinho
3. Jovens Portugueses em França: Aspectos da sua Adaptação Psico-Social
Félix Neto
4. Introdução à Psicologia do Desenvolvimento (Esgotado)
Maria Isolina Borges
5. A Inteligência e as Deficiências Intelectuais (Esgotado)
Gunnar Kylén
6. Teorias da Inteligência (2ª edição revista e ampliada)
Leandro S. Almeida
7. Escalas Locus de Controle para Crianças
Orlando M. Lourenço
8. Olá... Mhm... Mhm... Adeus... Para uma Estética da Asserção Social
Óscar F. Gonçalves
9. Terapia Comportamental: Modelos Teóricos e Manuais Terapêuticos
Óscar F. Gonçalves
10. Metodologia da Investigação Psicológica
Amâncio da Costa Pinto
11. Freud e Piaget - Afectividade e Inteligência
J. H. Barros de Oliveira

CALENDÁRIO

NACIONAL

ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES — CONVENÇÃO ANUAL 1992. Lisboa, Hotel Roma, 18 e 19 de Dezembro de 1992. - Informações: Apartado 392, 4703, BRAGA Codex.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FACTORES HUMANOS NO TRÁFEGO RODOVIÁRIO. Braga, 5 e 6 de Abril de 1993. - Informações: Lab. de Psicologia, U. M., Rua Abade da Loureira, 4700 BRAGA.

8º CONGRESSO MUNDIAL DE PSICOLOGIA DO DESPORTO. Lisboa, 22 a 27 de Junho de 1993. - Informações: Sidónio Serpa, F. M. H. — U. T. L., Cruz Quebrada, 1499 LISBOA Codex.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE RORSCHACH E MÉTODOS PROJECTIVOS. Lisboa, 19 a 22 de Julho de 1993. - Informações: Apartado 1454, 1013 LISBOA Codex.

INTERNACIONAL

THE FIFTH INTERNATIONAL CONGRESS ON ERICKSONIAN APPROACHES TO HYPNOSIS AND PSYCHOTHERAPY. Phoenix, Arizona, USA, 2-6 de Dezembro de 1992. - Informações: The Milton H. Erickson Foundation, 3606 N. 24th Street, Phoenix, U.S.A..

INTERNANATIONAL CONFERENCE ON WORK AND HEALTH. Copenhaga, 22-25 de Fevereiro de 1993. - Informações: Dis Congress Service Copenhagen A/S, Herlev Ringvej 2C, DK - 2730 Herlev, Copenhagen, DENMARK.

II CONGRESSO DE PSICOLOGIA CONDUCTUAL. Palma de Maiorca, 5-7 de Abril de 1993. - Informações: Dep. de Psicologia, UIB, Ctra de Valldemossa, km 7.5, 07071 Palma de Maiorca, SPAIN.

14TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE STRESS AND ANXIETY RESEARCH SOCIETY (STAR). Ismailia, 5-7 de Abril de 1993. - Informações: Dr. Nabil El-Zahhar, Suez Canal University, 9 Asma Fahmi Street Nº2, 3rd Quarter, Heliopolis, 11341, Cairo, EGYPT.

6º CONGRESO EUROPEO DE PSICOLOGIA DEL TRABAJO Y DE LAS ORGANIZACIONES. EAWOP. Alicante, 14-17 de Abril de 1993. - Informações: Área de Psicologia Social, Facultad de Psicologia, Universitat de Valencia, Av. Blasco Ibanez, 21, 46010 VALENCIA.

III LATINI DIES - 3º CONGRESO INTERNACIONAL DE LAS ASOCIACIONES DE TERAPIA COMPORTAMENTAL Y COGNITIVA DE LOS PAISES DE LENGUA LATINA. Toulouse, 6-8 de Maio de 1993. - Informações: Destination France, 42 bis, rue Albace Lorraine BP 516, 31011 TOULOUSE Cedex, FRANCE.

11º FORUM PROFESSIONNEL DES PSYCHOLOGUES - VIOLENCES: PENSER, AGIR, TRANSFORMER. Paris, La Villette, 29/6 a 2/7 de 1993. - Informações: Le Journal des Psychologues, 18 bd Camille Flammarion, 13001 Marselha, FRANCE.

II CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE INTERVENCION PSICOLOGICA Y DESARROLLO HUMANO: INTERVENCION EDUCATIVA Y COMUNITARIA. Valencia, España, 1-15 de Julho de 1993. - Informações: Facultad de Psicología, Universidad de Valencia, Avd. Blasco Ibáñez, 21, 460101, Valencia, SPAIN.

III EUROPEAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Tampere, 4-9 de Julho de 1993. - Informações: III European Congress of Psychology, P. O. Box 905, SF-00101, Helsinki, FINLAND.

INTERNATIONAL CONGRESS OF HEALTH PSYCHOLOGY. Tokyo, 26-30 de Julho de 1993. - Informações: International Congress of Health Psychology, The Department of Psychology, Waseda University, 1-24-1, Toyama, Shunjuku-ku, Tokyo, 162, JAPAN.

7th CONFERENCE OF THE EUROPEAN HEALTH PSYCHOLOGY SOCIETY - PSYCHOLOGICAL THEORIES AND HEALTHY PRACTICES. Bruxelas, 1-3 de Setembro de 1993. - Informações: Omer Van den Bergh, Dept. of Psychology, Tiensestraat 102, 3000 Leuven, BELGIUM.

23rd EUROPEAN CONGRESS ON BEHAVIOR THERAPY. Londres, 20-25 de Setembro de 1993. - Informações: EABT 193, EYAS, 5 Copper Street, Chichester, West Sussex PO19 1EB, UNITED KINGDOM.

JORNAL DE PSICOLOGIA — NOVOS PREÇOS PARA 1993

Estimado(a) Assinante e Leitor(a)

Terminando um período de reestruturação com a passagem de cinco para quatro números anuais e instituído o pagamento da assinatura a partir do primeiro número de cada ano, o Jornal de Psicologia fecha assim um ciclo que coincide precisamente com o seu décimo aniversário de publicação.

Ao iniciar o volume 11 (1993) não será possível manter os actuais padrões de qualidade permanecendo fiéis a um preço de assinatura que já não é alterado desde 1988. Assim foi decidido fixar os preços da assinatura anual (4 números) em 1.500\$00 (assinatura individual) e 3.000\$00 (assinatura institucional) e o preço de cada exemplar avulso em 450\$00 (IVA incluído).

Esperamos que estas alterações não esmoreçam a sua confiança no Jornal de Psicologia.

Continuamos a contar consigo para, lado a lado, cumprirmos o próximo decénio. Depois se verá!

Obrigado

Jornal de Psicologia

**BOAS FESTAS
E
FELIZ ANO NOVO
SÃO OS VOTOS
DO
JORNAL DE PSICOLOGIA**

